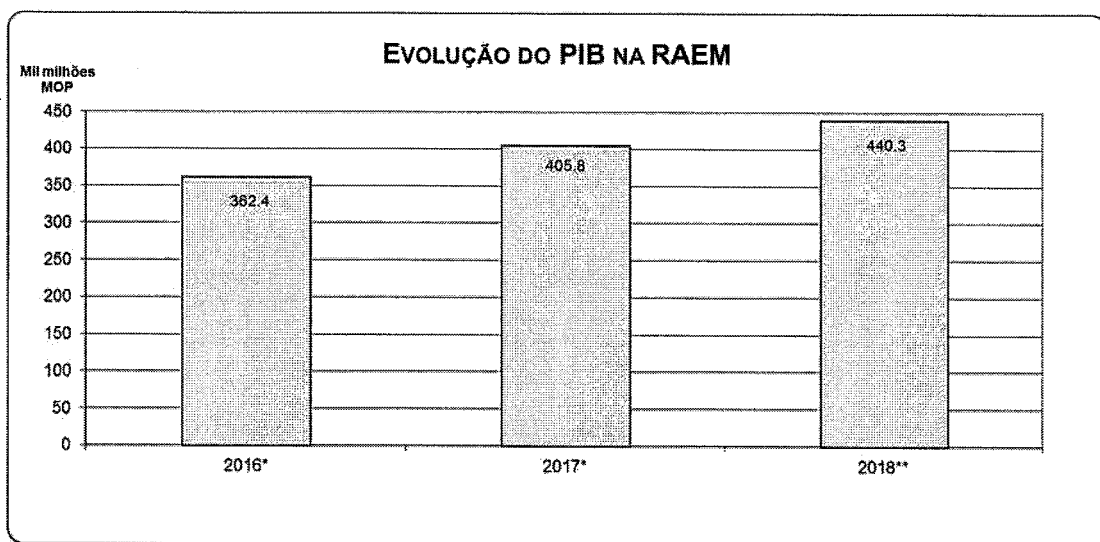


Introdução

Em todo o ano de 2018, a economia da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) sofreu um crescimento de 4,7% em termos reais, representando um abrandamento face ao crescimento de 9,7% registado em 2017. Constatou-se no primeiro semestre de 2018 um acréscimo em termos económicos de 7,6% e na segunda metade do mesmo ano um acréscimo ligeiro de 2,0%. O crescimento económico ocorrido em 2018 deveu-se ao aumento contínuo das exportações de serviços, a par da manutenção do crescimento significativo do sector do turismo e do jogo, que impulsionaram um aumento anual de 9,4% das exportações de serviços, das quais se destacaram os aumentos de 10,3% e de 9,4%, respectivamente, das exportações de serviços do jogo e das exportações de outros serviços turísticos.

Neste sentido, em 2018 o Produto Interno Bruto (PIB) foi de 440,3 mil milhões de patacas, em preços correntes, como evidencia o gráfico seguinte, registando-se um aumento nominal de 8,5%.



*Valor revisto

**Valor sujeito à revisão no futuro

Fonte: Direcção dos Serviços de Estatísticas e Censos

Em 2018, o número de visitantes que chegaram a Macau foi de 35,804 milhões, reflectindo um aumento de 9,8% quando comparado com o período homólogo do ano de 2017. Em relação às duas principais origens de turistas que entraram em Macau, verificou-se uma subida homóloga do número de visitantes oriundos do Interior da China que se cifrou em 25,261 milhões (+13,8% em termos anuais), e um aumento de turistas provenientes de Hong Kong com 6,328 milhões (+2,6% em termos anuais). O universo de turistas que se hospedaram em Macau representou um peso de 51,7%, traduzindo um aumento na ordem dos 7,2% e a estadia em média dos visitantes situou-se em 1,2 dias, espaço temporal idêntico ao registado em 2017. A despesa per capita dos visitantes em 2018 alcançou 1 946 patacas, correspondendo a um aumento anual de 3,5%, e a despesa total dos visitantes em 2018 (excluindo a dos jogos) atingiu 69,69 mil milhões com um aumento de 13,6% face a 2017.

Findo o período de ajustamento do sector do jogo local verificado desde o segundo semestre de 2014, seguiu-se, em Agosto de 2016, a retoma da trajectória de crescimento, com os aumentos

registados das receitas mensais durante 29 meses consecutivos. As receitas brutas do jogo arrecadadas em 2018¹ rondaram 303,88 mil milhões de patacas, evidenciando um aumento de 14,0% em relação ao período idêntico do ano de 2017. As receitas brutas provenientes dos jogos de fortuna ou azar, responsáveis por 99,7% das receitas brutas do jogo atingiram 302,85 mil milhões de patacas, correspondendo a um aumento de 14,0%. Destas receitas, predominaram as receitas oriundas do Baccarat VIP que tiveram um aumento de 10,2%, ocupando um peso de 54,8% das receitas brutas dos jogos de fortuna ou azar.

Relativamente ao mercado imobiliário, transaccionaram-se 15 073 fracções autónomas em 2018², apresentando uma subida de 7,8%, em comparação com o período idêntico do ano de 2017, influenciada essencialmente pelo aumento das transacções dos lugares de estacionamento, de 2 284 verificadas em 2017, para 3 084 em 2018. O valor total das transacções das fracções, em 2018, foi de 89,6 mil milhões de patacas, correspondendo a um aumento anual de 5,1%. Verificou-se igualmente uma subida anual de 2,3% das transacções de fracções autónomas habitacionais, havendo um total de 10 822 fracções transaccionadas pelo valor de 69,43 mil milhões, montante idêntico ao registado em 2017.

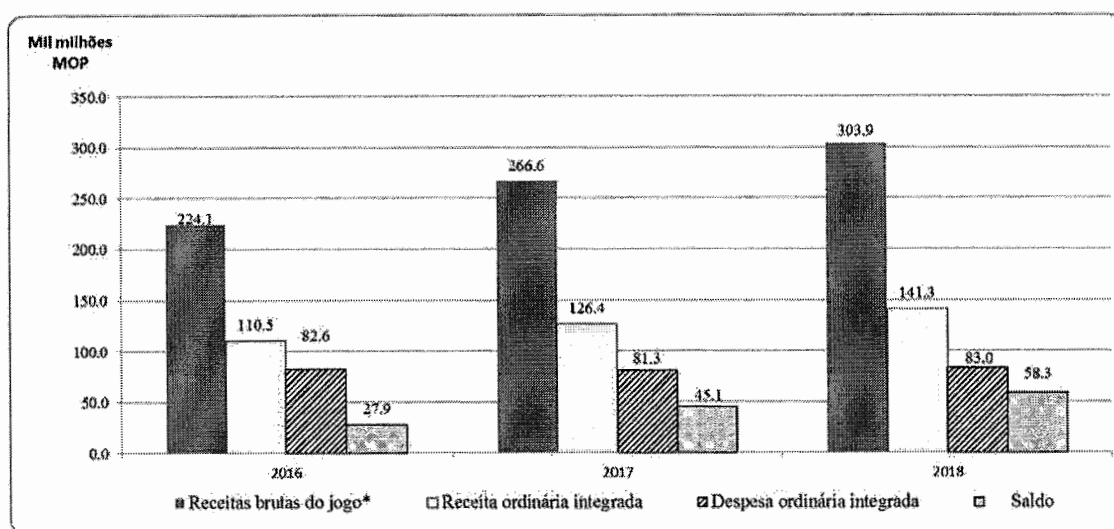
A taxa da inflação de Macau em 2018 atingiu 3,0%, dado principalmente ao aumento dos preços das refeições adquiridas fora de casa; das rendas de casa; das tarifas dos parquímetros dos lugares de estacionamento público; das propinas escolares; dos preços do vestuário para homens e senhoras, bem como à ascensão dos preços da gasolina. Em 2018 registou-se um valor global do comércio a retalho de 76,8 mil milhões de patacas, reflectindo um aumento de 15,9% face a 2017.

¹Agregam-se as receitas brutas de todos os tipos de jogos.

²Categorizam-se em quatro tipos, nomeadamente “Habitação”, “Lojas e escritórios”, “Lugares de estacionamento” e “Indústria e outras finalidades”.

No que respeita o nível de emprego da população, verificou-se em 2018 uma população activa de 393 000 pessoas, com 385 000 pessoas empregadas e a taxa de desemprego global desceu de 2,0% em 2017 para 1,8%. A mediana do rendimento mensal do emprego da população empregada global foi de 16 000 de patacas, correspondendo a um aumento de 6,7%.

As finanças públicas³ mantiveram-se estáveis e sólidas com um saldo superavitário. Em 2018, a receita ordinária integrada do Governo da RAEM averbou 141,31 mil milhões de patacas, correspondendo a um acréscimo de 11,8% comparativamente com os 126,37 mil milhões registados em 2017. A despesa ordinária integrada do Governo, por sua vez, subiu 2,1%, para 83,03 mil milhões de patacas, registando-se um saldo positivo anual no valor de 58,28 mil milhões de patacas⁴, reflectindo um aumento de 29,3% face ao saldo de 2017, conforme ilustrado no gráfico seguinte.



Fonte: Direcção dos Serviços de Finanças/*Direcção de Inspeção e Coordenação de Jogos

³Excluem os organismos especiais.

⁴O saldo dos serviços centrais foi de 53,87 mil milhões de patacas e o saldo dos organismos autónomos rondou 4,41 mil milhões de patacas.

	2016	2017	2018
Taxa de variação das receitas brutas do jogo (%) *	-3.3%	19.0%	14.0%
Taxa de variação da receita ordinária integrada do Governo (%)	-4.8%	14.4%	11.8%
Taxa de variação da despesa ordinária integrada do Governo (%)	2.3%	-1.6%	2.1%
Taxa de variação do saldo (%)	-21.2%	61.7%	29.3%

Fontes: Direcção de Serviços de Finanças / *Direcção de Inspeção e Coordenação de Jogos

Em 2018, a despesa ordinária integrada do Governo subiu 2,1% e a taxa de crescimento do PIB nominal situou-se em 8,5%, pelo que o peso da despesa ordinária integrada do Governo, em relação ao PIB, foi de 18,9%, equivalendo a uma descida comparativamente com 20,1% registados em 2017. Em contrapartida, o peso da receita ordinária integrada do Governo calculada em relação ao PIB, representou 32,1%. De salientar que a despesa e a receita integradas do Governo não incluem as despesas e as receitas dos organismos especiais.

	2016	2017	2018
Receita Ordinária Integrada do Governo /PIB (%)	30.5%	31.3%	32.1%
Despesa Ordinária Integrada do Governo /PIB (%)	22.8%	20.1%	18.9%
Saldo / PIB (%)	7.7%	11.1%	13.2%

Fonte: Direcção de Serviços de Finanças

Em observância do princípio enveredado pela prudência da gestão financeira e manutenção das despesas dentro dos limites das receitas, o Governo da RAEM não contraiu encargos com a dívida pública e as receitas e despesas públicas mantiveram resultados positivos, bem como a dimensão da reserva financeira que tem sido marcada por um aumento gradual. Até ao final de 2018, com a inclusão, na Reserva Financeira da RAEM, do saldo do orçamento central do ano económico de 2016⁵, transferido de acordo com os procedimentos legais, o valor total dos activos da Reserva

⁵ O saldo do orçamento central do ano económico de 2016 foi de 21,681 mil milhões de patacas.

Financeira subiu de 490,04 mil milhões de patacas em 2017 para 508,8 mil milhões de patacas.

	(mil milhões mop)		
	2016	2017	2018
Reserva básica:	132.82	127.95	147.55
Reserva extraordinária:	302.53	340.02	364.17
Resultado do período:	3.31	22.08	-2.92
Reserva Financeira:	438.66	490.04	508.80

Fonte: Autoridade Monetária de Macau

1 ● Apresentação da elaboração do Relatório

De acordo com o disposto no artigo 71.º da Lei n.º 15/2017 (Lei de enquadramento orçamental), à excepção da alínea 1) do seu n.º 1, continuam a ser aplicáveis à execução orçamental, às contas finais e ao relatório sobre a execução do orçamento, todos eles reportados ao ano económico de 2018, o Decreto-Lei n.º 41/83/M, de 21 de Novembro, o Regulamento Administrativo n.º 6/2006 «Regime de administração financeira pública», adiante designado por RAFP, demais legislação relacionada, bem como os regimes financeiros próprios dos organismos especiais.

O Orçamento da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) reportado ao ano económico de 2018 desagrega-se em duas partes: «Orçamento ordinário integrado do Governo» e «Orçamento dos Organismos especiais». O primeiro é elaborado segundo a contabilidade com base no regime de caixa, para o qual foram excluídos os organismos especiais que adoptam o regime de acréscimo.

Este Capítulo refere-se à execução orçamental do «Orçamento ordinário integrado do Governo», quanto à execução orçamental do «Orçamento dos Organismos especiais», procede-se à sua análise no Capítulo II.

Paralelamente, a fim de se conhecer melhor a natureza dos dados constantes do presente relatório, seguem-se as definições dos termos mais utilizados:

Orçamento inicial - Receitas e despesas orçamentais constantes do «Orçamento do Ano Económico

de 2018», aprovado pela Lei n.º 16/2017;

Orçamento autorizado - Orçamento final resultante das alterações orçamentais efectuados nos termos do n.º 2 do artigo 71.º da Lei n.º 15/2017 (Lei de enquadramento orçamental), dos n.ºs 52 e 53 do Regulamento Administrativo n.º 2/2018, bem como, dos orçamentos suplementares efectuados nos termos dos artigos 42.º, 43.º e 68.º do RAEP;

Receitas efectivas - Receitas cobradas e arrecadadas no período compreendido entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro de 2018;

Despesas efectivas - Envolve as despesas pagas, no período compreendido entre 1 de Janeiro de 2018 e 31 de Janeiro de 2019, por conta da dotação do orçamento de 2018 (incluindo a caixa e os cheques levantados);

Taxa de execução – Rácio entre a receita/despesa efectiva e o Orçamento autorizado;

Sector Público Administrativo - compreende os Serviços integrados, os Serviços com autonomia administrativa bem como os serviços e organismos autónomos, não incluindo, contudo, os organismos especiais;

Orçamento ordinário integrado do Governo – Elaborado de forma integrada, que reflecte o resultado integrado do exercício de todos os serviços e organismos do Sector Público Administrativo da RAEM que adoptam o regime de caixa. Na elaboração deste orçamento, as receitas e as despesas das transferências orçamentais entre esses serviços e organismos, efectuadas no mesmo ano são mutuamente eliminadas, a fim de evitar uma visão inflacionária da receita e da despesa resultante das transferências internas.

2. Orçamento ordinário integrado do Governo

2.1 Execução orçamental

O Orçamento da receita ordinária integrada do Governo autorizado de 2018, foi de 112 036 607 milhares de patacas, apresentando um acréscimo de 4 002 021 milhares de patacas, em relação ao Orçamento inicial de 108 034 586 milhares de patacas. Deste acréscimo, 3 699 680 milhares de patacas foram movimentadas pelos serviços e organismos autónomos através do primeiro orçamento suplementar. Os saldos excedentários do ano anterior dos serviços e organismos autónomos são considerados como receita dos mesmos recorrendo ao primeiro orçamento suplementar, de acordo com o n.º 2 do artigo 71.º da Lei n.º 15/2017 que regulamenta a Lei de enquadramento orçamental, em conjugação com os artigos 42.º, 43.º e 68.º do RAFP.

A receita ordinária integrada do Governo, de 2018, averbou um total de 141 313 188 milhares de patacas, representando um aumento de 14 946 498 milhares de patacas face ao ano de 2017, com uma subida de 11,8%, tendo as receitas correntes registado um acréscimo de 13 799 474 milhares de patacas, e as “*Receitas de capital*” evidenciado uma subida de 1 147 024 milhares de patacas.

As receitas correntes, nelas se destacando os “Impostos directos”, com um acréscimo de 12 700 164 milhares de patacas, face ao ano de 2017, provieram, essencialmente, do “Imposto Especial sobre o Jogo” integrado no “Imposto de Jogos de Fortuna ou Azar”, no valor de 104 679 812 milhares de patacas, representando um incremento de 12 675 367 milhares de patacas em comparação com 2017; quanto aos “*Rendimentos da Propriedade*” os mesmos averbaram um decréscimo de 588 288 milhares de patacas.

Nas receitas do capítulo “*Receitas de capital*”, as “Outras Receitas de Capital” registaram decréscimo, constituindo estas o saldo de Gerência do ano anterior dos serviços e organismos autónomos, menos 1 504 920 milhares de patacas face a 2017; quanto às receitas de “Venda de Bens de Investimento”, verificou-se um acréscimo, de 1 178 690 milhares de patacas em comparação com 2017, o que se explica principalmente por uma subida face a 2017 das receitas da venda de habitação pública pelo Instituto de Habitação; quanto às receitas de “Reposições não Abatidas nos Pagamentos” registou-se um aumento de 1 206 357 milhares de patacas, em comparação com 2017, o que resultou, principalmente, da devolução do remanescente de capital em 2018, relativo às obras dos projectos na zona de administração do posto fronteiriço de Macau da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau.

O Orçamento autorizado da despesa ordinária integrada do Governo, de 2018, ascendeu a 105 113 559 milhares de patacas, aumentando em 4 002 021 milhares de patacas, face ao Orçamento inicial de 101 111 539 milhares de patacas; do Orçamento autorizado da despesa, 3 699 680 milhares de patacas resultaram da integração dos saldos excedentários, do ano de 2017, na rubrica “Dotação provisional” das despesas orçamentais, efectuada pelos serviços e organismos autónomos, através do primeiro orçamento suplementar.

A Despesa ordinária integrada do Governo, de 2018, totalizou 83 030 259 milhares de patacas, o que representa um acréscimo de 2,1%, no valor de 1 726 718 milhares de patacas, em relação ao ano de 2017; desta despesa, as “Despesas correntes”, situaram-se em 63 771 521 milhares de patacas, com uma subida de 3 125 580 milhares de patacas relativamente a 2017, sendo que as “Despesas de Capital”, que incluem o PIDDA, cifraram-se em 19 258 738 milhares de patacas, representando uma diminuição de 1 398 862 milhares de patacas face ao ano de 2017.

Nas “Despesas correntes”, o item do “Pessoal”, registou uma despesa efectiva no valor de 20 942 069 milhares de patacas, mais 1 083 631 milhares de patacas, face a 2017, representando uma subida de 5,5%.

O saldo integrado de 2018 totalizou 58 282 929 milhares de patacas, no qual os saldos orçamentais dos Serviços centrais e dos serviços e organismos autónomos se posicionaram, respectivamente, em 53 872 661 milhares de patacas e 4 410 268 milhares de patacas. O saldo dos Serviços centrais encontra-se contabilizado na Reserva Financeira, nos termos da Lei n.º 8/2011 «Regime Jurídico da Reserva Financeira».

Execução do Orçamento ordinário integrado do Governo

	Notas	2018 Orçamento inicial	2018 Orçamento autorizado	2018 Dados efectivos	2018 Execução (%)
<u>Receitas</u>					
Receitas correntes					
Impostos directos	1	91,404,438	91,405,098	115,963,596	126.9
Impostos indirectos	2	4,730,072	4,891,875	5,693,164	116.4
Taxas, multas e outras penalidades	3	1,593,248	1,598,497	2,052,007	128.4
Rendimentos da propriedade	4	722,488	722,488	917,276	127.0
Transferências	5	4,766,744	4,823,082	7,140,626	148.1
Venda de bens duradouros	6	2,155	2,155	9,366	434.7
Venda de serv. e bens não duradouros	7	1,266,979	1,345,270	1,246,195	92.6
Outras receitas correntes	8	117,831	117,831	218,199	185.2
Total das receitas correntes		104,603,955	104,906,296	133,240,428	127.0
Receitas de capital					
Venda de bens de investimento	9	2,022,779	2,022,779	1,215,509	60.1
Transferências		0	0	0	-
Activos financeiros	10	388,602	388,602	794,623	204.5
Outras receitas de capital	11	986,917	4,686,597	4,686,597	100.0
Rep. não abatidas nos pagamentos	12	32,333	32,333	1,376,030	4,255.8
Total das receitas de capital		3,430,631	7,130,311	8,072,760	113.2
Total das receitas		108,034,586	112,036,607	141,313,188	126.1
<u>Despesas</u>					
Despesas correntes					
Pessoal	13	22,202,889	22,309,296	20,942,069	93.9
Bens e serviços	14	12,345,326	13,137,081	10,276,442	78.2
Transferências correntes	15	28,580,663	30,515,179	28,697,865	94.0
Outras despesas correntes	16	7,908,429	8,804,060	3,855,145	43.8
Total das despesas correntes		71,037,306	74,765,616	63,771,521	85.3
Despesas de capital					
Investimentos	17	22,519,771	22,908,288	16,570,830	72.3
Transferências de capital	18	511,585	511,585	297,702	58.2
Operações financeiras	19	6,769,448	6,832,420	2,390,205	35.0
Outras despesas de capital		273,428	95,649	0	0.0
Total das despesas de capital		30,074,232	30,347,943	19,258,738	63.5
Total das despesas		101,111,539	105,113,559	83,030,259	79.0
Saldo integrado do exercício		6,923,048	6,923,048	58,282,929	-

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

1. Impostos directos

As receitas efectivas dos “Impostos directos” constituíram 87,0% das receitas correntes, representando 82,1% do total da Receita ordinária integrada do Governo, tendo as receitas efectivas deste item evidenciado uma subida de 12,3% comparativamente às efectivamente cobradas em 2017, o que se deveu maioritariamente ao aumento da receita do “Imposto de Jogos de Fortuna ou Azar” :

		2018	2018	2018	2017	2018
	Notas	Orçamento	Orçamento	Receita	Receita	Execução
		inicial	autorizado	efectiva	efectiva	(%)
Imposto de jogos de fortuna ou azar	(a)	82,220,000	82,220,000	106,539,253	93,774,732	129.6
Imposto complementar de rendimentos	(b)	4,819,000	4,819,000	4,975,815	5,404,138	103.3
Imposto profissional	(c)	2,391,404	2,391,404	2,605,917	2,365,405	109.0
Contribuição predial urbana	(d)	999,518	999,518	1,080,779	1,055,013	108.1
Imposto de circulação		520,000	520,000	266,515	270,519	51.3
Contribuição industrial		0	0	211	272	-
Outras receitas das concessões de exclusivos	(e)	454,516	455,177	495,104	393,353	108.8
		91,404,438	91,405,098	115,963,596	103,263,432	126.9

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

(a) Imposto de jogos de fortuna e azar

	2018	2018	2018	2017	2018
	Orçamento	Orçamento	Receita	Receita	Execução
	inicial	autorizado	efectiva	efectiva	(%)
Imposto especial sobre o jogo	80,500,000	80,500,000	104,679,812	92,004,445	130.0
Prémio	1,440,000	1,440,000	1,465,272	1,433,494	101.8
Comissões dos promotores de jogo	280,000	280,000	394,169	336,794	140.8
	82,220,000	82,220,000	106,539,253	93,774,732	129.6

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

No “Imposto de jogos de fortuna e azar”, destaca-se o “Imposto especial sobre o jogo”, no valor de 104 679 812 milhares de patacas, com um crescimento de 12 675 367 milhares de patacas, em relação aos 92 004 445 milhares de patacas de 2017. Com referência às “Comissões dos promotores de jogo”, houve um acréscimo de 17,0%, face ao ano de 2017.

(b) *Imposto complementar de rendimentos*

Nas receitas do “*Imposto complementar de rendimentos*” de 2018 registou-se um valor de 4 975 815 milhares de patacas, menos 428 322 milhares de patacas, o que representa uma descida de 7,9% em relação às de 2017. De acordo com as Linhas de Acção Governativa da RAEM de 2018, manteve-se o limite de isenção do rendimento colectável a cobrar em 2017 do “*Imposto complementar de rendimentos*”, no valor de 600 milhares de patacas.

(c) *Imposto profissional*

Neste âmbito, de acordo com as medidas de dedução e de isenção fiscais definidas nas Linhas de Acção Governativa da RAEM de 2018, manteve-se em 2018 a dedução, em 30%, do Imposto profissional aplicado a toda a população activa, com o limite de isenção em 144 milhares de patacas. As receitas efectivas deste ano situaram-se em 2 605 917 milhares de patacas, o que, comparativamente ao ano de 2017, representam mais 240 512 milhares de patacas.

(d) *Contribuição predial urbana*

Com a continuidade da medida de dedução à colecta da “*Contribuição predial urbana*”, pelo valor fixo de 3 500 patacas, verificou-se neste item uma receita efectiva de 1 080 779 milhares de patacas, mais 25 766 milhares de patacas do que no ano de 2017.

(e) *Outras Receitas das Concessões de Exclusivos*

	2018 Orçamento inicial	2018 Orçamento autorizado	2018 Receita efectiva	2017 Receita efectiva	2018 Execução (%)
Exclusivo das lotarias chinesas	2,249	2,332	3,707	2,741	159.0
Exclusivo das corridas de galgos	1,550	1,550	2,038	2,674	131.5
Exclusivo das corridas de cavalos	1,300	1,878	1,878	8,447	100.0
Exclusivo do serviço de abastecimento de água	11,947	11,947	12,759	11,128	106.8
Exclusivo da energia eléctrica	67,620	67,620	62,722	62,996	92.8
Exclusivo das lotarias instantâneas	182,700	182,700	232,771	173,139	127.4
Exclusivo da Sociedade do Mercado Abastecedor Nam Yue	268	268	258	268	96.3
Exploração de silos e parques automóveis	168,813	168,813	165,180	115,577	97.8
Exclusivo da Companhia de Gestão de Participações e Energia Sinosky, Limitada	5,242	5,242	0	0	0.0
Rendimentos dos contratos de concessão para telecomunicações	0	0	0	5,048	-
Exclusivo da Companhia de Transportes Aéreos Air Macau	10,548	10,548	11,547	10,547	109.5
Rendimentos dos contratos de concessão para o Porto Cá-Hó	787	787	249	787	31.7
Rendimentos de retransmissão de corridas de cavalos	1,492	1,492	1,995	0	133.7
	454,516	455,177	495,104	393,353	108.8

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

Em comparação com o ano de 2017, as receitas desta área de actividade evidenciaram em 2018 um crescimento de 101 751 milhares de patacas; de entre estas, as receitas efectivamente cobradas pelo item “Exclusivo das lotarias instantâneas” foram de 232 771 milhares de patacas, apresentando um acréscimo, perante 2017, de 34,4%, na ordem de 59 632 milhares de patacas,

no que diz respeito às receitas efectivas da “Exploração de auto-silos e parques das vias públicas”, cifraram-se em 165 180 milhares de patacas, significando um acréscimo de 42,9%, no valor de 49 604 milhares de patacas face ao ano de 2017; quanto ao novo item “Rendimentos de retransmissão de corridas de cavalos”, registou-se uma receita efectiva de 1 995 milhares de patacas. Por sua vez, as receitas efectivamente cobradas pelo item “Exclusivo das corridas de cavalos” foram de 1 878 milhares de patacas, representando uma queda de 77,8%, na ordem de 6 570 milhares de patacas, face ao ano de 2017, sendo explicada fundamentalmente pelo decréscimo nos prémios não reclamados de 2018, no valor de 5 320 milhares de patacas, em comparação com o ano de 2017, tendo as receitas do item de “Rendimento dos contratos de concessão para telecomunicações” sido consideradas como receita dos Correios desde 2017, pelo que nenhum rendimento foi registado em 2018.

2. Impostos indirectos

A receita efectiva dos “Impostos indirectos” preencheu 4,0% da receita ordinária integrada do Governo, apresentando um acréscimo de 11,2% relativamente a 2017. A receita efectiva deste item registou, na sua totalidade, uma subida de 573 860 milhares de patacas, face às efectivamente cobradas em 2017.

		2018	2018	2018	2017	2018
	Notas	Orçamento	Orçamento	Receita	Receita	Execução
		inicial	autorizado	efectiva	efectiva	(%)
Imposto de turismo		827,062	988,865	988,865	825,127	100.0
Imposto do selo	(a)	2,757,499	2,757,499	3,369,721	3,080,536	122.2
Imposto de consumo		513,870	513,870	509,588	529,760	99.2
Imposto sobre veículos motorizados	(b)	631,641	631,641	824,989	683,882	130.6
		4,730,072	4,891,875	5,693,164	5,119,304	116.4

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

(a) *Imposto do selo*

Em 2018, o Governo da RAEM deu continuidade aos benefícios de concessão de isenção do “Imposto do selo sobre transmissão de bens imóveis”, até ao valor de 3 000 milhares de patacas, aos residentes permanentes da RAEM que não fossem proprietários de qualquer imóvel (destinado apenas a habitação), e isenção dos selos de seguros de vida e não vida, de despesas bancárias de expediente e de bilhetes de entrada ou de assistência pessoal a espectáculos, exposições ou diversões de qualquer natureza. Sob estas medidas, o “Imposto do selo” atingiu um valor de 3 369 721 milhares de patacas, representando uma taxa de execução de 122,2%, com um acréscimo de 9,4% face ao ano de 2017. De entre os itens do “Imposto do selo”, à excepção da diminuição do “Imposto do Selo sobre Transmissão de Bens”, dos “Selo de verba” e do “Imposto do selo especial” que é devido na transmissão, em curto espaço de tempo, de bens imóveis ou respectivos direitos sobre bens imóveis, localizados na RAEM, nos termos da Lei n.º 6/2011, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 15/2012, respectivamente no valor de 199 602 milhares de patacas, 10 028 milhares de patacas e 9 839 milhares de patacas em 2018, as restantes receitas efectivas superaram as cobradas em 2017, e foi registada uma receita efectiva no “Imposto do selo sobre a aquisição do segundo e posteriores bens imóveis destinados a habitação” estabelecido pela Lei n.º 2/2018, no valor de 430 261 milhares de patacas.

(b) *Imposto sobre veículos motorizados*

Em 2018, este item registou uma receita de 824 989 milhares de patacas, representando uma subida de 20,6% em relação a 2017, o que se justifica principalmente pelo aumento da compra de veículos ligeiros pelos cidadãos, verificando uma receita de 780 514 milhares de patacas, mais 24,1% face ao ano de 2017.

3. Taxas, Multas e Outras Penalidades

		2018	2018	2018	2017	2018
	Notas	Orçamento	Orçamento	Receita	Receita	Execução
		inicial	autorizado	efectiva	efectiva	(%)
Taxas	(a)	1,307,738	1,312,987	1,636,498	1,491,405	124.6
Multas e outras penalidades pecuniárias	(b)	285,510	285,510	415,509	343,549	145.5
		1,593,248	1,598,497	2,052,007	1,834,954	128.4

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

(a) *Taxas*

	2018	2018	2018	2017	2018
	Orçamento	Orçamento	Receita	Receita	Execução
	inicial	autorizado	efectiva	efectiva	(%)
Taxa de justiça	42,000	42,000	49,608	41,181	118.1
Taxas dos serviços de registo e notariado	657,559	657,559	873,950	753,286	132.9
Taxas de serviços de identificação	37,200	37,200	36,860	33,252	99.1
Taxas sobre assuntos cívicos e municipais	25,700	25,700	28,812	28,416	112.1
Taxas de construção urbana	47,155	47,155	46,136	35,819	97.8
Emolumentos portuários e marítimos	47,000	47,000	40,492	48,713	86.2
Registo de propriedade industrial	26,467	31,715	35,214	29,410	111.0
Taxas de entrada, permanência/residência em Macau	28,346	28,346	28,962	25,809	102.2
Taxa dos serv. de telecomunicações	0	0	0	30,790	-
Taxa dos serv. de radiocomunicações	0	0	0	9,071	-
Taxas a cobrar pela emissão de licenças de obras	1,598	1,598	1,374	451	86.0
Taxa sobre actividades financeiras e monetárias	4,415	4,415	4,422	4,679	100.2
Taxa sobre assuntos de tráfego	226,915	226,915	354,687	290,249	156.3
Taxa sobre água bruta	141,000	141,000	105,954	137,805	75.1
Taxa da indústria de turismo e de diversões	6,362	6,362	7,200	-	113.2
Taxa da actividade de mediação imobiliária	2,000	2,000	2,999	-	150.0
Taxas dos serviços prestados pela Autoridade de Aviação Civil	3,400	3,400	3,970	-	116.8
Taxas a cobrar com o Regulamento do regime de qualificações nos domínios da construção urbana e do urbanismo	1,139	1,139	0	-	0.0
Outras taxas	9,483	9,483	15,858	22,473	167.2
	1,307,738	1,312,987	1,636,498	1,491,405	124.6

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

Quanto às receitas provenientes das várias “*Taxas*” efectivamente cobradas em 2018 pelo Governo da RAEM, registou-se um valor de 1 636 498 milhares de patacas, representando mais 145 093 milhares de patacas, comparativamente ao ano de 2017, no valor de 1 491 405 milhares de patacas, o que corresponde a uma queda de 9,7%. Destas registam-se receitas nos itens “*Taxas dos serviços de registo e notariado*” e “*Taxa sobre assuntos de tráfego*”, que perfizeram respectivamente, em 2018, 873 950 milhares de patacas e 354 687 milhares de patacas, com um acréscimo de 120 664 milhares de patacas e de 64 438 milhares de patacas, relativamente ao ano de 2017.

(b) *Multas e Outras Penalidades*

	2018	2018	2018	2017	2018
	Orçamento	Orçamento	Receita	Receita	Execução
	inicial	autorizado	efectiva	efectiva	(%)
Infracções e dívidas fiscais	10,160	10,160	11,152	12,557	109.8
Juros de mora e Juros compensatórios	1,135	1,135	37,532	30,886	3,305.6
Infracções administrativas	252,475	252,475	330,083	256,520	130.7
Sentenças judiciais e leis de processo	13,740	13,740	15,872	15,123	115.5
Outras multas e penalidades	8,000	8,000	20,870	28,464	260.9
	285,510	285,510	415,509	343,549	145.5

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

A receita desta rubrica, em 2018, registou uma taxa de execução de 145,5% e uma receita efectiva no valor de 415 509 milhares de patacas, reflectindo um acréscimo de 71 961 milhares de patacas, comparativamente a 2017. Este aumento resultou, essencialmente, do crescimento das receitas cobradas das Lei do Trânsito Rodoviário e das outras infracções administrativas

que averbaram respectivamente, mais 45 726 milhares de patacas e 27 837 milhares de patacas comparativamente a 2017; as “*Outras multas e penalidades*” detiveram o maior decréscimo, de 26,7%, ou seja, menos 7 594 milhares de patacas relativamente às receitas em 2017.

4. Rendimentos da Propriedade

		2018	2018	2018	2017	2018
	Notas	Orçamento	Orçamento	Receita	Receita	Execução
		inicial	autorizado	efectiva	efectiva	(%)
Juros		14,078	14,078	44,619	36,631	317.0
Dividendos		118,311	118,311	153,704	143,374	129.9
Rendas de terrenos		258,024	258,024	304,919	382,230	118.2
Prémios de concessões	(a)	82,076	82,076	164,034	693,328	199.9
Outros rendimentos da propriedade		250,000	250,000	250,000	250,000	100.0
		722,488	722,488	917,276	1,505,563	127.0

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

(a) *Prémios de Concessões*

Nas receitas efectivamente arrecadadas desta rubrica, em 2018, verificou-se um valor de 164 034 milhares de patacas, que representou um decréscimo de 529 294 milhares de patacas, menos 76,3%, comparativamente ao valor efectivo de 693 328 milhares de patacas registado em 2017.

5. Transferências

		2018	2018	2018	2017	2018
	Notas	Orçamento	Orçamento	Receita	Receita	Execução
		inicial	autorizado	efectiva	efectiva	(%)
Sector público	(a)	140,000	196,338	363,159	282,502	185.0
Empresas privadas	(b)	4,614,984	4,614,984	6,772,189	5,923,876	146.7
Instituições particulares e		11,760	11,760	5,278	5,210	44.9
Outros sectores						
		4,766,744	4,823,082	7,140,626	6,211,587	148.1

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

(a) Sector público

As transferências do “*Sector público*” referem-se, principalmente, às receitas resultantes das transferências arrecadadas pelos serviços e organismos autónomos provenientes dos organismos especiais, incluindo, ainda, as “*Receitas consignadas*”, “*Comparticipações*” e “*Transferências orçamentais*” arrecadadas da Caixa do Tesouro da RAEM pelos serviços e organismos autónomos e que não puderam ser eliminadas, em virtude das receitas e das despesas terem ocorrido em ano diferente. As receitas de 2018 traduziram-se em 363 159 milhares de patacas, mais 80 657 milhares de patacas do que no ano de 2017.

(b) Empresas privadas

As transferências das “*Empresas privadas*” provieram, essencialmente, da cobrança, em conformidade com a alínea 8) do artigo 22.º da Lei n.º 16/2001, das contribuições da indústria do jogo para o desenvolvimento urbanístico, a promoção turística e a segurança social, que, após cobradas, foram processadas directamente como receitas a favor do Fundo de Segurança Social, do Fundo de Turismo e de outros organismos beneficiários. Em 2018, as transferências das “*Empresas privadas*” ascenderam a 6 729 724 milhares de patacas, representando um

acréscimo de 847 673 milhares de patacas, relativamente a 2017, ou seja, 14,4%.

6. Vendas de Bens Duradouros

Em 2018, a receita foi de 9 366 milhares de patacas, com uma taxa de execução de 434,7%, resultante, essencialmente, das receitas por arrematação de bens abatidos à carga do Governo da RAEM em 2018, no valor de 9 245 milhares de patacas.

7. Venda de serviços e bens não duradouros

	Notas	2018 Orçamento inicial	2018 Orçamento autorizado	2018 Receita efectiva	2017 Receita efectiva	2018 Execução (%)
Rendas de habitações		178,660	178,660	175,901	182,467	98.5
Rendas de edificios e instalações		136,881	136,881	139,128	127,751	101.6
Rendas de equipamentos e bens duradouros		516	516	366	516	70.9
Venda de serviços e bens (a)		950,922	1,029,212	930,800	914,528	90.4
		1,266,979	1,345,270	1,246,195	1,225,263	92.6

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

(a) *Venda de serviços e bens*

	2018	2018	2018	2017	2018
	Orçamento	Orçamento	Receita	Receita	Execução
	inicial	autorizado	efectiva	efectiva	(%)
Ensino e formação	409,861	409,861	408,800	401,649	99.7
Investigação, consultadoria e tradução	85,905	164,195	131,558	55,481	80.1
Higiene, saúde e medicina	74,660	74,660	98,810	82,116	132.3
Cultura, desporto e recreio	63,885	63,885	63,508	61,706	99.4
Gestão imobiliária	14,451	14,451	16,049	15,782	111.1
Promoção de actividades	6,609	6,609	6,368	6,009	96.4
Imprensa e publicações técnicas	69,473	69,473	73,070	71,880	105.2
Alojamento e alimentação	32,743	32,743	24,976	28,247	76.3
Receita dos auto-silos	166,038	166,038	75,361	162,801	45.4
Receita dos serviços de manutenção e reparação de veículos	2,110	2,110	1,733	-	82.1
Outras	25,186	25,186	30,567	28,858	121.4
	950,922	1,029,212	930,800	914,528	90.4

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

As receitas registadas nos itens “Ensino e formação” e “Investigação, consultadoria e tradução”, foram de 408 800 milhares de patacas e de 131 558 milhares de patacas, respectivamente. A receita do item “Ensino e formação” foi obtida através da prestação de diversos cursos de formação por parte de serviços e organismos autónomos, como o Fundo de Acção Social Escolar, o Cofre dos Assuntos de Justiça, a Autoridade de Aviação Civil, a Universidade de Macau, o Instituto Politécnico de Macau, o Fundo de Cultura, o Instituto de Formação Turística, o Fundo Social da Administração Pública de Macau, etc., realçando-se, em 2018, as arrecadadas pela Universidade de Macau, pelo Instituto Politécnico de Macau e pelo Instituto de Formação Turística, que perfizeram 97,0% da receita do item “Ensino e formação”, respectivamente no valor de 270 909 milhares de patacas, 75 703 milhares de

patacas e 49 793 milhares de patacas. A receita da “Investigação, consultadoria e tradução” provém maioritariamente das receitas cobradas dos respectivos serviços prestados pela Universidade de Macau, tendo, em 2018, este item averbado 129 372 milhares de patacas, reflectindo um incremento de 77 555 milhares de patacas face à de 2017, isto é, 149,7%. Por outro lado, a “Receita dos auto-silos” que provém principalmente das tarifas dos auto-silos públicos, geridos directamente pela Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego, registou uma receita em 2018, no valor de 75 361 milhares de patacas, representando um decréscimo de 53,7%, ou seja, de 87 439 milhares de patacas, em comparação com a receita no valor de 162 801 milhares de patacas em 2017.

8. Outras Receitas Correntes

Em 2018, as receitas situaram-se em 218 199 milhares de patacas, traduzindo uma redução de 57 400 milhares de patacas, face às 275 599 milhares de patacas arrecadadas em 2017.

		2018	2018	2018	2017	2018
	Notas	Orçamento	Orçamento	Receita	Receita	Execução
		inicial	autorizado	efectiva	efectiva	(%)
Contrib. p/assistência médica	(a)	70,238	70,238	78,480	74,442	111.7
Quotas de sócios		15,451	15,451	16,930	16,022	109.6
Remuner. dos delegados do Governo		1,260	1,260	723	654	57.4
Comparticipações nas receitas de balcões de câmbio		19,333	19,333	18,328	17,091	94.8
Indemnizações		1,576	1,576	15,048	3,790	954.8
Recuperação de créditos		0	0	257	98	-
Receitas eventuais e não especificadas	(b)	9,973	9,973	88,434	163,502	886.7
		117,831	117,831	218,199	275,599	185.2

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

(a) *Contribuições para assistência médica*

Respeitam às receitas próprias dos Serviços de Saúde, da Universidade de Macau e do Instituto Politécnico de Macau, das quais, as contribuições para assistência médica prestadas pelos trabalhadores da função pública, cobradas pelos Serviços de Saúde, no valor de 72 038 milhares de patacas, detiveram o maior peso, representando 91,8%.

(b) *Receitas Eventuais e não especificadas*

As receitas desta rubrica de 2018, representaram 88 434 milhares de patacas, menos 75 068 milhares de patacas do que as receitas do ano de 2017, no valor de 163 502 milhares de patacas.

9. Venda de bens de investimento

As receitas correspondentes à “Venda de bens de investimento”, em 2018, cifraram-se em 1 215 509 milhares de patacas, com uma taxa de execução de 60,1%, representando um aumento de 3 201,3% face à receita de 36 819 milhares de patacas de 2017, o que se explica pelo incremento, em 2018, da receita resultante da venda de habitação pública, cujos valores registados evidenciaram 1 187 568 milhares de patacas, significando mais 12 545,4% do que as receitas de 2017, de 9 391 milhares de patacas. Por outro lado, quanto às prestações relativas ao custo de construção, em consequência da transferência do novo edifício de carga e da extensão da plataforma de estacionamento sul do Aeroporto Internacional de Macau para a CAM – Sociedade do Aeroporto Internacional de Macau, S.A.R.L, foi paga por esta, em 2018, a décima prestação, ou seja, a última prestação, no valor de 22 500 milhares de patacas.

10. Activos financeiros

As receitas do capítulo “Activos financeiros” provieram, fundamentalmente, da situação líquida resultante da recuperação da participação financeira da RAEM em sociedades após dissolução e liquidação, bem como da cobrança das amortizações dos vários empréstimos concedidos pelos seguintes serviços e organismos autónomos: Fundo de Acção Social Escolar, Fundo do Desenvolvimento Industrial e de Comercialização, Obra Social da Polícia de Segurança Pública e Fundo das Indústrias Culturais. A receita efectiva, em 2018, foi de 794 623 milhares de patacas, traduzindo um acréscimo de 50,6%, face ao ano de 2017.

11. Outras Receitas de Capital

Compreende os saldos de gerência do ano anterior dos serviços e organismos autónomos, integrados na receita do ano a que respeitam, no montante total de 4 686 597 milhares de patacas, reflectindo um decréscimo de 24,3% comparativamente ao ano de 2017, no valor de 1 504 920 milhares de patacas.

12. Reposições não Abatidas nos Pagamentos

Compreendem os montantes pagos, a título de despesas pelos serviços e organismos do Sector Público Administrativo e repostos junto dos mesmos, após o fim do ano económico em que se realiza o correspondente pagamento. As receitas de 2018 rondaram 1 376 030 milhares de patacas, superiores em 711,0%, comparativamente ao ano de 2017, o aumento resultou principalmente, de uma reposição do saldo da conta especial do fundo para as obras de projectos da Área Fronteiriça de Macau da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, no valor de 1 165 197 milhares de patacas.

13. Pessoal

Em termos das despesas de “Pessoal”, o orçamento autorizado situou-se em 22 309 296 milhares de patacas, tendo as despesas efectivas evidenciado 20 942 069 milhares de patacas, com uma taxa de execução de 93,9%. No âmbito desta rubrica, as “Remunerações certas e permanentes” foram, proporcionalmente, as mais elevadas.

		2018	2018	2018	2017	2018
	Notas	Orçamento inicial	Orçamento autorizado	Despesa efectiva	Despesa efectiva	Execução (%)
Remunerações certas e permanentes	(a)	18,939,334	18,868,970	17,937,708	17,056,123	95.1
Remunerações acessórias		2,477,124	2,632,569	2,324,649	2,169,710	88.3
Abonos em espécie		76,973	80,528	53,471	45,301	66.4
Classes inactivas		9,321	9,321	2,617	2,193	28.1
Previdência social		594,978	598,045	539,837	514,706	90.3
Compensação de encargos		105,161	119,864	83,787	70,405	69.9
		22,202,889	22,309,296	20,942,069	19,858,438	93.9

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

(a) Remunerações certas e permanentes

As despesas efectivas, a título de “Remunerações certas e permanentes”, foram de 17 937 708 milhares de patacas, com um acréscimo de 881 585 milhares de patacas, em comparação com o ano de 2017. O acréscimo deveu-se à entrada em vigor do artigo 25.º da Lei n.º 16/2017 - Actualização dos vencimentos e pensões de aposentação e sobrevivência dos trabalhadores da Administração Pública, em 1 de Janeiro de 2018, determinando, por isso, um acréscimo da despesa em causa.

14. Bens e serviços

O valor do orçamento autorizado para os “Bens e serviços” ascendeu a 13 137 081 milhares de patacas, tendo sido efectivamente pagos 10 276 442 milhares de patacas.

		2018	2018	2018	2017	2018
	Notas	Orçamento inicial	Orçamento autorizado	Despesa efectiva	Despesa efectiva	Execução (%)
Bens duradouros	(a)	243,955	299,546	183,179	213,501	61.2
Bens não duradouros	(b)	2,900,829	3,032,863	2,487,202	2,251,548	82.0
Aquisição de serviços	(c)	9,200,542	9,804,673	7,606,062	7,110,285	77.6
		12,345,326	13,137,081	10,276,442	9,575,333	78.2

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

(a) Bens duradouros

Nas despesas deste âmbito, registou-se um valor efectivo de 183 179 milhares de patacas, com uma queda de 30 322 milhares de patacas, face ao ano de 2017. Entre estas, registou-se um decréscimo na despesa dos itens “Construções e grandes reparações” e “Material de defesa e segurança” face à de 2017. Por sua vez, as despesas dos outros itens evidenciaram uma subida.

	2018	2018	2018	2017	2018
Notas	Orçamento inicial	Orçamento autorizado	Despesa efectiva	Despesa efectiva	Execução (%)
Construções e grandes reparações	62,790	57,203	34,591	116,669	60.5
Material de defesa e segurança	30,520	29,816	8,365	9,944	28.1
Material de aquartelamento e alojamento	14,489	18,384	10,809	7,986	58.8
Material de educação, cultura e recreio	35,735	52,499	24,717	13,448	47.1
Material fabril, oficial e de laboratório	27,358	54,884	46,591	27,065	84.9
Material honorífico e de representação	1,163	1,334	608	577	45.6
Equipamento de secretaria	22,616	28,196	13,242	12,453	47.0
Outros	49,285	57,231	44,258	25,359	77.3
	243,955	299,546	183,179	213,501	61.2

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

(b) *Bens não duradouros*

As despesas efectivas do grupo “Bens não duradouros” cifraram-se em 2 487 202 milhares de patacas, correspondendo a uma taxa de execução de 82,0%, mais 235 654 milhares de patacas do que no ano de 2017, ficando a dever-se essencialmente às despesas com os “*Medicamentos, vacinas e material de consumo clínico*”, reflectindo mais 121 356 milhares de patacas, com 9,3%, em comparação com os 1 301 880 milhares de patacas do ano de 2017, nesta rubrica predominam as despesas destinadas à aquisição de produtos farmacêuticos dos Serviços de Saúde.

	2018	2018	2018	2017	2018
Notas	Orçamento	Orçamento	Despesa	Despesa	Execução
	inicial	autorizado	efectiva	efectiva	(%)
Matérias-primas e subsidiárias	126,149	146,567	116,815	119,944	79.7
Combustíveis e lubrificantes	41,867	42,552	35,879	30,979	84.3
Munições, explosivos e artificios	6,901	6,163	5,644	4,187	91.6
Consumos de secretaria	204,846	212,964	179,465	126,249	84.3
Alimentação	134,744	131,388	107,659	95,862	81.9
Vestuário	6,772	5,661	3,122	3,479	55.1
Medicamentos, vacinas e material de consumo clínico	1,653,505	1,704,786	1,423,236	1,301,880	83.5
Material de limpeza e desinfecção	26,114	27,050	18,276	21,480	67.6
Utensílios fabris, oficinais e de laboratório	89,164	114,026	95,005	91,454	83.3
Água bruta	321,000	319,390	292,052	284,420	91.4
Materiais de propaganda e ofertas	95,662	113,247	71,045	57,667	62.7
Prendas	18,471	20,123	12,232	10,591	60.8
Outros	175,635	188,948	126,770	103,357	67.1
	2,900,829	3,032,863	2,487,202	2,251,548	82.0

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

(c) Aquisição de serviços

Em termos de valor, dentro do item “Bens e Serviços”, a “Aquisição de serviços” deteve o maior acréscimo da despesa, no valor de 495 777 milhares de patacas, com 7,0%, neste âmbito, a despesa efectiva do item “Conservação e aproveitamento de bens” registou um crescimento de 179 339 milhares de patacas, resultante, na sua maioria, do pagamento dos dispêndios com as obras de restauro em consequência da tempestade tropical “Hato”. A par disso, em 2018, a Área Fronteiriça de Macau da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau entrou em funcionamento, pelo que foi necessário proceder-se à manutenção, conservação e melhoria das respectivas instalações. Paralelamente, efectuou-se também, em 2018, o pagamento da despesa com os trabalhos preparatórios da fase inicial da operação da Linha da Taipa do Sistema de Metro Ligeiro de Macau”, no valor de 63 096

milhares de patacas, não tendo havido, contudo, esta despesa em 2017.

	2018	2018	2018	2017	2018
	Orçamento	Orçamento	Despesa	Despesa	Execução
	inicial	autorizado	efectiva	efectiva	(%)
Conservação e aproveitamento de bens	1,378,944	1,539,813	1,205,070	1,025,731	78.3
Energia eléctrica, água e gás	698,759	736,727	597,405	549,711	81.1
Higiene e limpeza	338,790	313,819	270,878	252,719	86.3
Condomínio e segurança	843,608	806,439	705,462	678,745	87.5
Outros encargos das instalações	996	996	764	1,018	76.7
Encargos com a saúde	511,775	599,626	572,962	555,744	95.6
Locação de bens	1,081,973	1,099,946	974,367	967,769	88.6
Transportes e comunicações	445,044	477,137	330,158	283,702	69.2
Representação	54,524	60,540	34,303	35,192	56.7
Publicidade e propaganda	997,588	1,039,528	880,652	819,894	84.7
Estudos, consultadoria e tradução	521,432	667,395	416,036	395,366	62.3
Formação técnica ou especializada	128,359	131,272	91,001	86,575	69.3
Outros trabalhos especiais diversos	769,720	851,830	646,199	608,696	75.9
Seminários e congressos	24,489	40,940	22,878	12,033	55.9
Trabalhos pontuais não especializados	100,500	103,816	79,522	83,001	76.6
Actividades culturais, desportivas e recreativas	299,669	341,033	279,331	247,716	81.9
Desp. c/cunhagem e funcion. Centro	4,800	5,385	5,385	4,800	100.0
Processamento Moedas					
AMCM - custos de gestão financeira	300,000	300,000	300,000	300,000	100.0
Despesas bancárias de expediente	11,512	11,479	6,430	6,007	56.0
Despesas com o serviço público de transportes colectivos de passageiros	6,000	0	0	59,312	-
Visitas e actividades de intercâmbio em missão oficial de serviços	30,533	33,117	17,891	18,224	54.0
Despesas com o serviço público de transporte colectivo do Metro Ligeiro	501,296	494,290	63,096	0	12.8
Outros encargos não especificados	150,234	149,547	106,272	118,330	71.1
	9,200,542	9,804,673	7,606,062	7,110,285	77.6

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

15. Transferências Correntes

Em 2018, o valor do orçamento autorizado para o capítulo das Transferências Correntes foi de 30 515 179 milhares de patacas, sendo que a despesa efectivamente paga se fixou em 28 697 865 milhares de patacas, correspondendo a uma taxa de execução de 94,0%.

		2018	2018	2018	2017	2018
	Notas	Orçamento inicial	Orçamento autorizado	Despesa efectiva	Despesa efectiva	Execução (%)
Sector público	(a)	5,478,336	7,293,078	7,075,420	6,442,057	97.0
Instituições particulares	(b)	7,761,195	7,844,815	7,208,849	6,884,129	91.9
Particulares	(c)	15,280,586	15,315,108	14,370,239	14,458,235	93.8
Exterior	(d)	60,547	62,179	43,356	54,100	69.7
		28,580,663	30,515,179	28,697,865	27,838,521	94.0

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

(a) Sector público

As despesas do “Sector público” efectivamente pagas, foram de 7 075 420 milhares de patacas, com uma subida de 633 363 milhares de patacas, face ao ano de 2017. Incluem as despesas orçamentais de equipas de projecto e de acções no valor de 587 631 milhares de patacas, as transferências, que não puderam ser feitas no mesmo ano económico, a título de receitas consignadas, as comparticipações e transferências orçamentais (no valor não eliminado de 100 657 milhares de patacas), bem como as dotações concedidas aos organismos especiais (ao Fundo de Segurança Social, ao Fundo de Pensões e à Fundação Macau, respectivamente no valor de 6 280 772 milhares de patacas, de 102 566 milhares de patacas e de 3 793 milhares de patacas).

(b) *Instituições particulares*

Neste item, as despesas efectivamente pagas posicionaram-se em 7 208 849 milhares de patacas, com um acréscimo de 324 720 milhares de patacas, comparativamente ao ano de 2017. Este capítulo respeita, essencialmente, aos apoios transferidos para as instituições particulares de natureza não comercial, compreendendo, no âmbito da educação, o plano de desenvolvimento escolar, o subsídio do ensino gratuito atribuído às escolas, o subsídio da melhoria do rácio professores/turma ou do rácio alunos/professor, o subsídio para o serviço de ensino especial e ensino integrado, o subsídio para o serviço de apoio a estudantes e subsídios para o ensino recorrente, etc.; em termos de acção social, diz respeito, principalmente, aos subsídios e apoios atribuídos às instituições particulares de solidariedade social e às instalações dos serviços sociais; no que concerne à saúde, envolve, sobretudo, o apoio financeiro às instituições médicas e associações; enquanto que, no âmbito da habitação, contempla, essencialmente, o Plano Provisório de Apoio Financeiro para Reparação das Instalações Comuns de Edifícios Baixos, Plano de Apoio Financeiro para Reparação de Edifícios e Plano de Apoio Financeiro para a Administração de Edifícios, etc.

Principais subsídios a instituições particulares	Despesa efectiva
<u>No âmbito da educação</u>	
Subsídio do ensino gratuito	2,514,234
Subsídio da melhoria do rácio professores/turma ou do rácio alunos/professor	720,563
Plano de desenvolvimento escolar	443,042
Subsídio para o serviço de ensino especial	199,483
Subsídio para o serviço de apoio a estudantes	114,942
Subsídio para o ensino recorrente	56,760
<u>No âmbito da acção social</u>	
Actividades de apoio social [#]	1,366,241
<u>No âmbito da saúde</u>	
Apoio financeiro às instituições médicas e associações	903,919
<u>No âmbito da habitação</u>	
Plano Provis. de Apoio Financeiro para Repar. das Instal. Comuns de Edif.	13,630
Baixos	
Plano de Apoio Financeiro para Reparação de Edifícios	12,033
Plano de Apoio Financeiro para a administração de Edifícios	648
Total	6,345,495

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

[#] Actividades de apoio social incluem os apoios financeiros regular e ocasional concedido às instituições privadas.

(c) *Particulares*

A despesa do item “Particulares” efectivamente paga fixou-se em 14 370 239 milhares de patacas, correspondendo a uma taxa de execução de 93,8%, ou seja, menos 87 995 milhares de patacas, em relação ao ano de 2017, o que se deveu, sobretudo, ao acréscimo das despesas efectuadas com as Contas individuais de previdência, o Plano de comparticipação pecuniária no desenvolvimento económico, o Plano do subsídio para o consumo de electricidade, o Programa de comparticipação nos cuidados de saúde, o Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo, o subsídio para idosos e de invalidez, os subsídio e prémio de antiguidade a professores das instituições de ensino particulares, o Regime do subsídio para

aquisição de manuais escolares, o subsídio para aquisição de material escolar a conceder aos residentes de Macau que estejam a frequentar cursos de ensino superior, o subsídio especial da melhoria da qualidade de ensino e com o subsídio de propinas aos alunos que frequentam cursos no interior da China.

Em 2018, foi injectada, adicionalmente, pelo Governo da RAEM, às Contas individuais de previdência uma verba de 7 000 patacas. Foi, continuadamente, atribuída uma verba de 9 000 patacas e de 5 400 patacas, respectivamente, aos residentes permanentes e aos não permanentes, conforme o Plano de comparticipação pecuniária no desenvolvimento económico. Além disso, o Governo continuou a distribuir os vales de saúde aos residentes permanentes, sendo o valor nominal de 600 patacas, bem como o subsídio mensal ao consumo de electricidade no montante máximo de 200 patacas, por fracção habitacional. Paralelamente, o governo lançou a 3.^a fase do Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo, concedendo um subsídio com o limite máximo de 6 000 patacas e uma duração de 3 anos (de 2017 a 2019), aos residentes de Macau com idade igual ou superior a 15 anos.

Quanto aos cuidados a idosos, em 2018, o valor do subsídio para idosos foi aumentado para 9 000 patacas.

Em termos das camadas menos favorecidas, para além de se manter, em 2018, o valor do risco social de 4 050 patacas, o Governo da RAEM concedeu, a título excepcional, um subsídio aos beneficiários do apoio económico regular, no montante igual ao apoio de um mês, bem como o apoio especial e o subsídio especial de vida aos três tipos de famílias em situação vulnerável. Em 2018, o Governo da RAEM continuou, ainda, a implementação do “Plano das medidas provisórias do subsídio complementar aos rendimentos do trabalho”.

No tocante à educação, quer dos cursos do ensino superior ou de pós-graduação ministrados em Macau ou no exterior, prosseguiu-se com a atribuição dos subsídios aos estudantes, para material escolar, no valor de 3 000 patacas, de forma a aliviar os encargos com a aquisição de livros e materiais de referência; deu-se continuidade ao «Regime do Subsídio para Aquisição de Manuais Escolares», atribuindo, por ano lectivo, um subsídio aos alunos dos ensinos secundário, primário e infantil, aumentando-se o valor para 3 300 patacas, 2 800 patacas e 2 200 patacas, respectivamente; continuou-se, ainda, a providenciar o subsídio de propinas aos alunos de Macau que frequentem escolas na Província de Guangdong, com o valor máximo de 6 000 patacas para os alunos do ensino secundário e primário, e de 8 000 patacas para os do ensino infantil. Além disso, o Governo da RAEM concedeu, ainda, em 2018, o subsídio para o desenvolvimento profissional ao pessoal docente que exerce funções docentes nas escolas particulares do regime escolar local e do ensino regular e recorrente, ao abrigo do «Regulamento de concessão do subsídio para o desenvolvimento profissional».

As subvenções ou subsídios concedidos no decurso de 2018 pelo Governo da RAEM, de acordo com os aspectos mais relevantes do Relatório das Linhas de Acção Governativa, foram os seguintes:

Itens	Valor despendido
<u>Residentes de Macau</u>	
Plano de comparticipação pecuniária no desenvolvimento económico (incluindo os montantes em falta referentes aos anos anteriores)	6,201,070
Contas individuais de previdência (incluindo os montantes em falta referentes aos anos anteriores)	2,812,472
Plano do subsídio para o consumo de electricidade	472,512
Programa de comparticipação nos cuidados de saúde	259,165
Programa de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento Contínuo	340,648
<u>Cuidados dos idosos</u>	
Subsídio para idosos	784,688
<u>Camadas menos favorecidas</u>	
Apoio económico regular e eventuais para indivíduo/família	287,587
Subsídio de invalidez	146,000
Plano das medidas provisórias do subsídio complementar aos rendimentos do trabalho	6,859
<u>Docentes e estudantes</u>	
Subsídio para docentes de instituições educativas e prémios de antiguidade	670,470
Subsídio de propinas aos alunos que não sejam beneficiários da escolaridade gratuita	146,145
Regime do Subsídio para Aquisição de Manuais Escolares	218,616
Subsídios para material escolar atribuídos aos cursos de ensino superior frequentados pelos residentes de Macau	101,344
Subsídios para pagamento de propinas, de alimentação e de aquisição de material escolar destinados aos estudantes com dificuldades económicas	21,081
Subsídio especial da melhoria da qualidade de ensino	21,682
Subsídio de propinas aos alunos que frequentam cursos no interior da China	26,907
Bolsas de mérito de pós-graduados de Macau	14,524
Total	12,531,768

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

(d) *Exterior*

As despesas efectivamente transferidas para o “Exterior” foram de 43 356 milhares de patacas, representando uma redução de 10 744 milhares de patacas, face ao ano de 2017. Estas despesas referem-se, essencialmente: às relativas à formação dos funcionários públicos no exterior; às contribuições atribuídas em 2018 ao “Plano de Cooperação no âmbito da Medicina Tradicional” entre os Serviços de Saúde da RAEM e a Organização Mundial de Saúde; às despesas respeitantes aos profissionais especialistas na área de saúde, resultantes da aplicação do «Protocolo de Cooperação no âmbito de Saúde» celebrado entre o Ministério da Saúde do Estado e a Secretaria para os Assuntos Sociais e Cultura da RAEM; e às com o desenvolvimento do Programa Hospital Twinning Partnerships.

16. Outras despesas correntes

O Orçamento autorizado do item “Outras despesas correntes” foi de 8 804 060 milhares de patacas, incluindo este a “Dotação provisional”, no montante de 3 721 243 milhares de patacas, que não diz respeito a despesas; por sua vez, a despesa efectiva cifrou-se em 3 855 145 milhares de patacas.

		2018	2018	2018	2017	2018
	Notas	Orçamento	Orçamento	Despesa	Despesa	Execução
		inicial	autorizado	efectiva	efectiva	(%)
Rendas de terrenos	(a)	20	30	23	12,136	75.1
Seguros		63,003	70,207	45,920	42,156	65.4
Restituições de contribuições e impostos	(b)	2,260,829	2,300,706	1,307,091	1,045,741	56.8
Comparticipações do regime de aposentação e sobrevivência	(c)	911,649	925,952	912,423	914,722	98.5
Comparticipações do regime de previdência	(c)	1,251,517	1,250,248	1,178,316	1,094,796	94.2
F.S.S. (enc. entidade patronal)		24,112	23,945	20,207	17,390	84.4
Pagamento e adiantamento de créditos laborais		25,000	25,000	12,698	10,742	50.8
Outros fundos de previdência		175,081	174,652	165,328	156,637	94.7
Diferença cambial		1,074	2,294	979	399	42.7
Outras	(d)	3,196,144	4,031,026	212,162	78,931	5.3
		7,908,429	8,804,060	3,855,145	3,373,649	43.8

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

(a) *Rendas de terrenos*

Registando uma redução significativa das despesas em 2018, comparativamente ao 2017, o que se explica pelo cancelamento do acordo para arrendamento do direito de uso do terreno nacional em 2017, já que não é necessário pagar, a partir do ano 2018, a renda devida pelo arrendamento do terreno nacional do Posto Fronteiriço das Portas do Cerco.

(b) *Restituições de contribuições e impostos*

As despesas desta rubrica efectivamente pagas, posicionaram-se em 1 307 091 milhares de

patacas, com uma taxa de execução de 56,8%, evidenciando um aumento de 261 350 milhares de patacas relativamente ao ano de 2017, ou seja, mais 25,0%.

(c) *Comparticipações do regime de aposentação e sobrevivência dos funcionários públicos e participações do regime de previdência dos trabalhadores dos serviços públicos*

Neste âmbito, as despesas efectivamente pagas com as “Comparticipações do regime de aposentação e sobrevivência dos funcionários públicos” e as “Comparticipações do regime de previdência dos trabalhadores dos serviços públicos” em 2018 situaram-se em 912 423 milhares de patacas e 1 178 316 milhares de patacas, respectivamente, traduzindo um aumento nas despesas efectivas das participações do regime de previdência dos trabalhadores dos serviços públicos, no valor de 83 520 milhares de patacas relativamente ao ano de 2017, o que se justifica, fundamentalmente, pela actualização dos vencimentos e pensões de aposentação e de sobrevivência dos trabalhadores da Administração Pública, que com a entrada em vigor do artigo 25.º da Lei n.º 16/2017 em 1 de Janeiro de 2018 - determinou o aumento de despesas com contribuições para os referidos regimes.

(d) *Outras*

O Orçamento autorizado deste item fixou-se em 4 031 026 milhares de patacas, contudo, encontra-se contemplada no mesmo uma verba de 3 721 243 milhares de patacas afecta à “Dotação provisional”. Após exclusão desta verba, verifica-se que a despesa efectiva, no valor de 212 162 milhares de patacas, corresponde a uma taxa de execução de 68,5%.

17. Investimentos

O Orçamento autorizado para o item “Investimentos” fixou-se em 22 908 288 milhares de patacas, tendo sido efectivamente pagas 16 570 830 milhares de patacas. As despesas foram principalmente

constituídas pelo Plano de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração (PIDDA), tendo-se registado um acréscimo de 2 747 174 milhares de patacas, face ao ano de 2017.

Relativamente à execução orçamental do PIDDA, verificar o esclarecimento detalhado no capítulo 2.2.

	2018	2018	2018	2017	2018
	Orçamento	Orçamento	Despesa	Despesa	Execução
	inicial	autorizado	efectiva	efectiva	(%)
Habitações	1,249,772	1,342,761	1,089,153	1,208,301	81.1
Edifícios	6,372,303	6,488,046	3,619,995	3,735,361	55.8
Estradas e pontes	2,928,540	3,009,115	1,802,639	1,422,077	59.9
Portos	335,066	335,066	207,697	55,011	62.0
Construções diversas	7,353,692	7,192,711	6,155,435	4,966,914	85.6
Melhoramentos fundiários	1,200	1,200	781	378	65.1
Material de transporte	1,476,208	1,600,957	1,425,383	712,556	89.0
Maquinaria e equipamento	1,634,688	1,787,881	1,290,456	915,312	72.2
Animais	808	808	446	174	55.1
Outros investimentos	1,167,494	1,149,744	978,845	807,571	85.1
	22,519,771	22,908,288	16,570,830	13,823,656	72.3

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

18. Transferências de Capital

O Orçamento autorizado do capítulo “Transferências de Capital” cifrou-se em 511 585 milhares de patacas, sendo que a despesa efectivamente paga ascendeu a 297 702 milhares de patacas, evidenciando um decréscimo de 144 457 milhares de patacas relativamente ao ano de 2017.

		2018	2018	2018	2017	2018
	Notas	Orçamento inicial	Orçamento autorizado	Despesa efectiva	Despesa efectiva	Execução (%)
Instituições particulares	(a)	88,732	88,732	65,235	60,179	73.5
Particulares	(b)	68,493	68,493	59,061	65,680	86.2
Exterior	(c)	354,360	354,360	173,405	316,300	48.9
		511,585	511,585	297,702	442,159	58.2

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

(a) Instituições particulares

Os encargos compreenderam os subsídios concedidos pelo Instituto de Acção Social a instituições particulares de solidariedade social ou a outras instituições que não prosseguem fins lucrativos, para a realização de obras e aquisição de equipamentos, no valor de 65 235 milhares de patacas, com um acréscimo de 5 057 milhares de patacas, face ao ano de 2017.

(b) Particular

Neste item de despesas registou-se um valor efectivo de 59 061 milhares de patacas, representando uma diminuição de 6 619 milhares de patacas, relativamente ao ano de 2017. De entre as quais, o valor concedido à Teledifusão de Macau, S.A., como subsídio e, ao Fundo do Desenvolvimento Industrial e de Comercialização, como encargo necessário para o financiamento empresarial previsto no «Regime da Bonificação de Juros de Créditos», tendo sido, respectivamente, de 32 493 milhares de patacas e de 26 569 milhares de patacas.

(c) Exterior

As dotações deste item foram afectas ao pagamento das despesas com o «Empreendimento do Novo Acesso Fronteiriço Guangdong — Macau — Edifício do Posto Fronteiriço Qingmao e

Acesso da Ligação», no valor total de 173 405 milhares de patacas.

19. Operações financeiras

A despesa deste item, efectivamente paga, foi de 2 390 205 milhares de patacas, com uma descida de 62,6%, comparativamente à despesa efectiva de 2017, de 6 391 785 milhares de patacas.

		2018	2018	2018	2017	2018
	Notas	Orçamento	Orçamento	Despesa	Despesa	Execução
		inicial	autorizado	efectiva	efectiva	(%)
Investimento em título	(a)	5,745,172	5,657,395	1,624,003	4,075,475	28.7
Empréstimos	(b)	764,256	764,256	491,822	491,577	64.4
Outros	(c)	260,020	410,769	274,381	1,824,732	66.8
		6,769,448	6,832,420	2,390,205	6,391,785	35.0

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

(a) Investimento em títulos

Compreende, principalmente, o capital necessário ao reforço do capital social do Parque Industrial e do Parafuturo de Macau Investimento e Desenvolvimento Lda., atribuído à Macau Investimento e Desenvolvimento, S.A., no valor de 1 526 560 milhares de patacas.

(b) Empréstimos

O valor deste item, efectivamente pago, foi de 491 822 milhares de patacas, mais 245 milhares de patacas, face ao ano de 2017, incluindo maioritariamente entre os empréstimos, o Plano de Apoio a Pequenas e Médias Empresas, a Bolsa-empréstimo, o Plano de Apoio a Jovens Empreendedores, o Plano de Desenvolvimento e Apoio à Pesca e o Fundo de Reparação Predial - Plano de Apoio Financeiro.

Itens dos empréstimos concedidos pela RAEM	Despesa efectiva
Empréstimos a curto prazo	50
Plano de Apoio a Pequenas e Médias Empresas	284,748
Planos de Garantia de Créditos a Pequenas e Médias Empresas	3,411
Bolsa-empréstimo para Estudantes do Ensino Superior	161,090
Plano de Desenvolvimento e Apoio à Pesca	4,101
Plano de apoio a jovens empreendedores	38,290
Planos de concessão de apoio financeiro - FRP	132
Total	491,822

** Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.*

(c) Outros

A despesa efectiva deste item, cifrou-se em 274 381 milhares de patacas, menos 1 550 352 milhares de patacas, face ao ano de 2017, justificado principalmente pelo “Plano de apoio especial às pequenas e médias empresas afectadas pelo tufão Hato” em 2017, impulsionado pelo Fundo do Desenvolvimento Industrial e de Comercialização, no valor de 1 663 598 milhares de patacas, registando uma despesa em 2018 no valor de 77 305 milhares de patacas, comparativamente a 2017, constatou-se uma redução significativa.

Análise por Classificação Funcional

Distribuída por classificação funcional, segue-se a despesa do Orçamento ordinário integrado do Governo:

		2018	2018	2018	2017	2018
	Notas	Orçamento inicial	Orçamento autorizado	Despesa efectiva	Despesa efectiva	Execução (%)
Serviços gerais da admin. pública	(a)	11,365,898	11,820,594	10,133,542	9,945,914	85.7
Segurança pública	(b)	13,522,782	13,661,795	12,428,653	10,018,252	91.0
Educação	(c)	12,467,415	13,015,915	11,666,239	10,785,545	89.6
Saúde	(d)	9,162,698	9,385,717	7,062,477	6,872,124	75.2
Previdência social	(e)	9,348,444	9,530,707	8,460,001	8,138,965	88.8
Habitação	(f)	1,611,614	2,125,287	1,366,913	1,539,971	64.3
Outros serv. colectivos e sociais	(g)	4,571,980	4,757,998	3,678,302	3,437,265	77.3
Serviços económicos	(h)	16,825,611	18,825,018	11,313,080	13,835,223	60.1
Outras funções	(i)	22,235,096	21,990,529	16,921,051	16,730,283	76.9
		101,111,539	105,113,559	83,030,259	81,303,541	79.0

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

(a) Serviços Gerais da Administração Pública

A despesa desta função subdivide-se em “Administração geral” e “Justiça, ordem e segurança”, incluindo: a primeira, as despesas com os órgãos de poderes públicos, a administração financeira e a administração interna; enquanto que a segunda, congrega as despesas com a administração, regulamentação e investigação ligadas à ordem, Tribunais, Polícia Judiciária e todo o sistema judiciário, o Instituto de Menores e o serviço de reinserção social e serviços de registo e identificação. O Orçamento autorizado desta função averbou um valor de 11 820 594 milhares de patacas, sendo que a despesa, efectivamente paga, ascendeu a 10 133 542 milhares

de patacas, representando um aumento de 187 628 milhares de patacas, face ao ano de 2017. O acréscimo deveu-se, essencialmente, à entrada em vigor do artigo 25.º da Lei n.º 16/2017 - Actualização dos vencimentos e pensões de aposentação e sobrevivência dos trabalhadores da Administração Pública, em 1 de Janeiro de 2018, determinando, por isso, um acréscimo da despesa em causa.

(b) *Segurança pública*

O Orçamento autorizado da “Segurança pública” consubstanciou-se em 13 661 795 milhares de patacas, e, quanto à despesa, efectivamente paga, foi de 12 428 653 milhares de patacas.

Em comparação com as despesas do ano de 2017, evidenciou uma subida de 2 410 401 milhares de patacas, influenciada, principalmente, pela entrada em vigor em 1 de Janeiro de 2018, do artigo 25.º da Lei n.º 16/2017 - Actualização dos vencimentos e pensões de aposentação e sobrevivência dos trabalhadores da Administração Pública, o que justificou um acréscimo da despesa com o pessoal da “Segurança pública”, bem como pelo aumento de encargos com as “Supra-estruturas e infra-estruturas da zona de administração do posto fronteiriço de Macau da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau” e o “Estabelecimento Prisional de Macau – Obra de construção”.

(c) *Educação*

O Orçamento autorizado da despesa no item “Educação” cifrou-se em 13 015 915 milhares de patacas, tendo sido efectivamente pagas 11 666 239 milhares de patacas, correspondendo a uma taxa de execução de 89,6%. Este item integra as despesas do Governo afectas ao ensino não superior e superior, bem como a subvenção que visa apoiar e promover o desenvolvimento das escolas particulares, a atribuição da bolsa de mérito, de estudo e da bolsa-empréstimo aos

estudantes para prosseguirem os estudos no ensino superior. Em comparação com as despesas do ano de 2017, evidenciou-se nas despesas de 2018 um acréscimo de 880 695 milhares de patacas, justificado, principalmente, pela actualização do valor dos vários subsídios, tais como: o ensino gratuito atribuído, subsídio da propina, subsídio de alimentação, subsídio de aquisição de material escolar, subsídio especial para desenvolvimento da educação de alta qualidade subsídio de propinas para alunos de Macau que frequentam estabelecimentos de ensino na província de Guangdong, o subsídio para professores das instituições do ensino particular, e ainda pela despesa com a “Empreitada de construção do Projecto de edifícios escolares e instalações educativas no lote CN6A em Seac Pai Van em Coloane” e a “Empreitada de remodelação no Campus da Taipa do Instituto Politécnico de Macau”.

(d) *Saúde*

O Orçamento autorizado do item “Saúde” situou-se em 9 385 717 milhares de patacas e a despesa efectivamente paga foi de 7 062 477 milhares de patacas, mais 190 353 milhares de patacas que a do ano de 2017. A razão principal para esta subida deveu-se à subida das despesas com os “Medicamentos, vacinas e material de consumo clínico”, e ainda, à entrada em vigor em 1 de Janeiro de 2018, do artigo 25.º da Lei n.º 16/2017 - Actualização dos vencimentos e pensões de aposentação e sobrevivência dos trabalhadores da Administração Pública, originando um acréscimo da despesa com o pessoal desta área.

(e) *Previdência social*

O Orçamento autorizado da “Previdência social” cifrou-se em 9 530 707 milhares de patacas e a despesa efectivamente paga foi de 8 460 001 milhares de patacas, mais 321 036 milhares de patacas, em relação ao ano de 2017. Esse acréscimo deveu-se, nomeadamente, aos seguintes factores: ao aumento dos subsídios e abonos regulares e ocasionais às instituições

não-governamentais; ao acréscimo do subsídio para obras de construção das instituições de solidariedade social; à entrada em vigor do artigo 25.º da Lei n.º 16/2017 - Actualização dos vencimentos e pensões de aposentação e sobrevivência dos trabalhadores da Administração Pública, em 1 de Janeiro de 2018, originando um acréscimo da despesa suportada pelo Governo com as contribuições para os regimes de aposentação e de previdência.

(f) *Habitação*

O Orçamento autorizado do item “Habitação” registou 2 125 287 milhares de patacas, ascendendo a despesa efectiva a 1 366 913 milhares de patacas, verificando-se um decréscimo de 173 058 milhares de patacas, face ao ano de 2017, o que se deveu, sobretudo, à diminuição das despesas relativas à “Empreitada de Construção de Habitação Pública do Bairro de Ilha Verde, Lote 1 e 2” e à “Empreitada de Construção de Habitação Pública na Bacia Norte do Patane Lotes L4 e L5”.

(g) *Outros serviços colectivos e sociais*

O Orçamento autorizado da função “Outros serviços colectivos e sociais” foi de 4 757 998 milhares de patacas, fixando-se a despesa efectiva em 3 678 302 milhares de patacas, o que representou uma subida de 241 037 milhares de patacas, face ao ano de 2017, que se deveu às novas despesas com a “Obra de remodelação das novas instalações da Imprensa Oficial no Lote O1 em Pac On”, “Empreitada de Remodelação de Biblioteca na Habitação Publicas de Seac Pai Van lote CN6b”, “Restauro de Centro Cultural de Macau”, “Obras de Melhoramento do Espaço do Armazém de Boi”, e com a aquisição dos equipamentos de impressão de novo tipo pela Imprensa Oficial.

(h) *Serviços económicos*

O Orçamento autorizado da função “Serviços económicos” foi de 18 825 018 milhares de patacas, com a despesa efectiva a ascender aos 11 313 080 milhares de patacas, com uma redução de 2 522 143 milhares de patacas, face ao ano de 2017, resultante, sobretudo, da descida substancial, comparativamente a 2017, na despesa com o “Plano de apoio especial às pequenas e médias empresas afectadas pelo tufão Hato”, impulsionado pelo Fundo do Desenvolvimento Industrial e de Comercialização, bem como da não necessidade de injeção de capital no Fundo de Cooperação para o Desenvolvimento China-Países de Língua Portuguesa.

(i) *Outras funções*

O Orçamento autorizado da função residual “Outras funções” averbou 21 990 529 milhares de patacas, com a despesa efectivamente paga a fixar-se em 16 921 051 milhares de patacas, um incremento de 1,1%, ou seja, mais 190 769 milhares de patacas, face a 2017. As despesas desta função compreendem os itens “Transferências do sector público” e “Diversas, não especificadas”.

As despesas com as “Transferências do sector público” respeitam, na sua maioria, ao pagamento das transferências dos orçamentos centrais para os Organismos especiais, compreendendo ainda as “Receitas Consignadas”, as “Comparticipações” e as “Transferências Orçamentais”, que não puderam ser eliminadas em virtude das despesas terem ocorrido em ano diferente, totalizando 6 488 203 milhares de patacas.

O valor do item “Diversas, não especificadas” compreende o Plano de Participação Pecuniária no Desenvolvimento Económico, o Programa de Participação nos Cuidados de

Saúde, o Plano do subsídio para o consumo de electricidade, etc., a par das despesas com a compra de acções e a participação em capital social, que foram muito significativas, pelo que esta subfunção envolveu valores de elevado montante.

2.2 PIDDA

2.2.1 Introdução

O orçamento inicial do PIDDA, em 2018, cifrou-se em 21 148 341 milhares de patacas, o orçamento autorizado foi de 21 148 341 milhares de patacas, sendo que os pagamentos efectivos ascenderam a 15 408 640 milhares de patacas, com uma taxa de execução de 72,9%.

Tendo em conta os valores do quadro seguinte, apresentado em termos de classificação por tutela, constata-se que a tutela do Secretário para os Transportes e Obras Públicas, assumiu o maior peso em termos do valor do orçamento autorizado, registando 14 796 285 milhares de patacas, seguindo-se as tutelas do Secretário para os Assuntos Sociais e Cultura e do Secretário para a Segurança, com 3 761 889 milhares de patacas e de 1 314 647 milhares de patacas, respectivamente.

	2018 Orçament o inicial	2018 Orçamento autorizado	2018 Despesa efectiva	2017 Despesa efectiva	2018 Execuçã o (%)
Sec. p/a Administração e Justiça	666,170	688,170	416,160	252,855	60.5
Sec. p/a Economia e Finanças	409,700	491,700	428,241	42,518	87.1
Sec. p/a Segurança	1,275,019	1,314,647	794,381	726,159	60.4
Sec. p/os Assuntos Soc. e Cult.	3,748,683	3,761,889	1,641,077	1,325,811	43.6
Sec. p/os Transp. e Obras Púb.	14,775,342	14,796,285	12,128,781	10,569,493	82.0
Subtotal	20,874,913	21,052,692	15,408,640	12,916,837	73.2
Dotação concorrencial	73,428	0	0	0	-
Dotação provisional	200,000	95,649	0	0	0.0
Total	21,148,341	21,148,341	15,408,640	12,916,837	72.9

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

2.2.2 Análise por Projectos

Esta secção retrata a situação da execução dos projectos do PIDDA do Governo da RAEM com verbas relativamente elevadas, tendo em conta os dados dos respectivos projectos.

O PIDDA do ano de 2018 é composto por 21 programas de investimento (ver o mapa na página seguinte). O “Programa de Ilha Artificial Fronteira da Ponte Hong Kong – Zhuhai – Macau” deteve o maior orçamento autorizado, no valor de 5 584 486 milhares de patacas, seguindo-se o programa “Obra de instalações públicas”, no valor de 2 996 035 milhares de patacas.

Em termos de despesas efectivamente pagas, o “Programa de Ilha Artificial Fronteira da Ponte Hong Kong – Zhuhai – Macau” foi o que revelou o maior valor das despesas efectivamente pagas em 2018, no valor de 5 423 298 milhares de patacas, com uma taxa de execução de 97,1%, seguido,

imediatamente, pelo “Programa do Sistema Transportes Colectivos Urbanos de Macau”, no valor de 2 558 626 milhares de patacas, representando uma taxa de execução de 88,1%.

Em termos de execução, destaca-se o item “Aquisição de Imóveis”, registando-se uma despesa efectiva de 82 000 milhares de patacas, com uma taxa de execução de 100,0%, seguindo-se o “Programa de Ilha Artificial Fronteiriça da Ponte Hong Kong – Zhuhai – Macau”, no valor de 5 423 298 milhares de patacas, com uma taxa de execução de 97,1%.

	2018	2018	2018	2017	2018
	Orçamento	Orçamento	Despesa	Despesa	Execução
	inicial	autorizado	efectiva	efectiva	(%)
Obra de instalações públicas	2,971,627	2,996,035	1,884,216	1,671,330	62.9
Programa do Sistema					
Transportes Colectivos	2,904,131	2,904,131	2,558,626	1,833,641	88.1
Urbanos de Macau					
Habitação Pública	1,045,587	1,045,587	954,519	1,153,983	91.3
Estradas e pontes, taludes e					
canais de navegação	1,760,353	1,761,713	902,701	987,581	51.2
Programa de aterros	349,056	349,056	186,310	325,259	53.4
Programa do novo campus da					
Universidade de Macau na	383,349	383,349	288,296	153,307	75.2
Ilha de Hengqin					
Operação e controlo do					
tratamento de águas residuais	520,458	520,458	462,782	429,086	88.9
e resíduos					
Obras de instalações de					
serviços	785,180	814,373	516,002	731,495	63.4
Programa da construção do					
Terminal Marítimo de Pac On	293,570	293,570	197,371	36,644	67.2
na Taipa					
Equipamento de serviços	330,185	330,185	249,329	132,619	75.5
Programa do centro de					
transportes	454,680	454,680	170,570	204,960	37.5

	2018 Orçamento inicial	2018 Orçamento autorizado	2018 Despesa efectiva	2017 Despesa efectiva	2018 Execução (%)
Programa de Ilha Artificial					
Fronteira da Ponte Hong Kong – Zhuhai – Macau	5,584,486	5,584,486	5,423,298	3,939,311	97.1
Equipamento de instalações públicas	297,039	297,039	251,596	184,101	84.7
Equipamentos médicos	26,800	26,800	0	0	0.0
Programa de construção do novo estabelecimento prisional	642,431	642,431	407,107	236,795	63.4
Meios de Transportes	333,622	373,111	299,704	315,099	80.3
Programas de construção do Complexo de Cuidados de Saúde das Ilhas	1,744,385	1,744,385	208,155	548,137	11.9
Serviços de consultadoria para estudo	1,170	2,050	1,679	9,633	81.9
Instalações para Água	13,931	14,380	57	4,057	0.4
Novo Acesso Fronteiriço Guangdong-Macau (Posto Fronteiriço Qingmao)	432,874	432,874	364,321	19,800	84.2
Aquisição de Imóveis	0	82,000	82,000	0	100.0
Subtotal	20,874,913	21,052,692	15,408,640	12,916,837	73.2
Dotação concorrencial	73,428	0	0	0	-
Dotação provisional	200,000	95,649	0	0	0.0
Total	21,148,341	21,148,341	15,408,640	12,916,837	72.9

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

No domínio dos programas que excederam 100 000 milhares de patacas do orçamento autorizado (ver o mapa na página em seguida), registou-se um total de 28 projectos, dos quais, o projecto “Construção do Posto Fronteiriço da Ponte Hong Kong – Zhuhai – Macau” no “Programa de Ilha Artificial Fronteira da Ponte Hong Kong – Zhuhai – Macau” foi o que reflectiu o maior valor, cifrando-se em 5 584 486 milhares de patacas, sendo a despesa efectiva de 5 423 298 milhares de

patacas, com uma taxa de execução de 97,1%, destinadas, principalmente, às despesas relativas à construção das diversas instalações e infra-estruturas da zona de administração do posto fronteiriço da Ponte Hong Kong – Zhuhai – Macau.

Seguidamente, destaca-se o “Sistema dos Transportes Colectivos Urbanos” no “Programa do Sistema de Transportes Colectivos Urbanos de Macau”, cujo orçamento autorizado perfaz 2 904 131 milhares de patacas, sendo a despesa efectiva de 2 558 626 milhares de patacas, traduzindo uma taxa de execução de 88,1%, envolvendo maioritariamente as despesas das diversas construções do metro ligeiro e a aquisição dos equipamentos, entre outras.

Em termos de execução, registaram-se as taxas mais elevadas no projecto de “Configuração e Desenvolvimento do Sistema do Centro de Computação em Nuvem e Plataforma de Mega-Dados” no “Programa de Equipamento de serviços”, com cerca de 100,0%, e a sua despesa efectiva alcançou 150 000 milhares de patacas; Seguidamente, destaca-se o projecto de “Obra de Arruamentos e Redes de Drenagem Junto da Estrada Flor de Lótus, Cota I” no “Programa de Estradas e pontes, taludes e canais de navegação”, cuja despesa efectiva posicionou-se em 121 305 milhares de patacas, significando uma taxa de execução de 99,8%.

	2018	2018	2018	2017	2018
	Orçamento	Orçamento	Despesa	Despesa	Execução
	inicial	Autorizado	efectiva	efectiva	(%)
Obra de instalações públicas	1,787,056	1,870,070	1,310,135	606,630	70.1
Centro de Formação e Estágio					
de Atletas	413,176	413,176	392,684	474,636	95.0
Complexo da Plataforma de					
Serviços para a Cooperação	395,700	395,700	339,362	31,638	85.8
Comercial entre a China e os					
Países de Língua Portuguesa					

	2018 Orçamento inicial	2018 Orçamento Autorizado	2018 Despesa efectiva	2017 Despesa efectiva	2018 Execução (%)
Obra de Construções e					
Instalações Educativas					
Escolares de Seac Pai Van Lote	266,610	278,110	276,070	94,887	99.3
CN6A					
Remodelação Centro					
Actividades Rua Luiz G. Gomes	110,000	242,034	84,077	573	34.7
Melhoria do solo no Aterro para					
Resíduos de Materiais de	204,800	204,800	0	0	0.0
Construção					
Obra Acabamento Nova Zona					
Escolar do Instituto Politécnico	188,917	128,917	66,064	1,592	51.2
de Macau, Taipa					
Empreitada de Melhoramento					
das Zonas de Espera de					
Passageiros e de Circulação					
Rodoviária do centro	106,853	105,733	104,431	3,305	98.8
Rodoviário Subterrâneo das					
Portas do Cerco					
Obra de Beneficiação do					
Escritório de IACM no Novo					
Mercado Abastecedor e	101,000	101,600	47,447	0	46.7
Laboratório					
Programa do Sistema					
Transportes Colectivos	2,904,131	2,904,131	2,558,626	1,833,641	88.1
Urbanos de Macau					
Sistema dos Transportes					
Colectivos Urbanos	2,904,131	2,904,131	2,558,626	1,833,641	88.1
Habitação Pública	830,844	832,117	777,220	720,605	93.4
Reconstrução de Habitação					
Social Mong Há – Fase 2	513,716	513,716	464,339	244,542	90.4
Habitação Pública no Bairro da					
Ilha Verde	317,128	318,401	312,881	476,063	98.3

	2018	2018	2018	2017	2018
	Orçamento	Orçamento	Despesa	Despesa	Execução
	inicial	Autorizado	efectiva	efectiva	(%)
Estradas e pontes, taludes e canais de navegação	995,697	1,014,450	417,211	175,427	41.1
Quarta ponte Macau - Taipa	655,227	596,706	63,935	13,662	10.7
Vias de Ligação entre Rotunda da Central Térmica de Coloane e Terminal de Ká Hó	183,211	183,211	122,594	54,706	66.9
Obra de Arruamentos e Redes de Drenagem Junto da Estrada Flor de Lótus, Cotai	90,540	121,505	121,305	99,991	99.8
Reordenamento Rotunda Piscina Olímpica	66,720	113,029	109,377	7,069	96.8
Programa de aterros	336,756	333,685	172,893	240,862	51.8
Novas Aterros Urbanísticos – Zona A	189,156	187,405	35,907	235,098	19.2
Aterro e dique da zona C dos novos aterros urbanos	147,600	146,280	136,986	5,763	93.6
Programa do novo campus da Universidade de Macau na Ilha de Hengqin	383,349	383,349	288,296	153,307	75.2
Novo Campus da UM na Ilha de Hengqin	383,349	383,349	288,296	153,307	75.2
Operação e controlo do tratamento de águas residuais e de resíduos	220,789	220,789	215,822	206,642	97.8
Explo. monit. remo., reco., limp. Resíduos Sólidos	220,789	220,789	215,822	206,642	97.8
Obras de instalações de serviços	85,000	107,000	102,942	0	96.2
Edifício Multifuncional do	85,000	107,000	102,942	0	96.2

	2018 Orçamento inicial	2018 Orçamento Autorizado	2018 Despesa efectiva	2017 Despesa efectiva	2018 Execução (%)
Governo no Lote O1 dos Aterros de Pac On					
Programa da construção do Terminal Marítimo de Pac On na Taipa	293,570	293,570	197,371	36,644	67.2
Novo Terminal Marítimo da Taipa	293,570	293,570	197,371	36,644	67.2
Equipamento de serviços Configuração e Desenvolvimento do Sistema do Centro de Computação em Nuvem e Plataforma de Mega-Dados	150,000	150,000	150,000	0	100.0
	150,000	150,000	150,000	0	100.0
Programa do centro de transportes	423,700	396,999	116,243	173,699	29.3
Centro Modal Transporte Est. ML Barra	423,700	396,999	116,243	173,699	29.3
Programa da Ilha Artificial Fronteira da Ponte Hong Kong – Zhuhai - Macau	5,584,486	5,584,486	5,423,298	3,939,311	97.1
Const. Inst. Frone. p/P. HK -ZH-MACAU	5,584,486	5,584,486	5,423,298	3,939,311	97.1
Programa de construção do novo estabelecimento prisional	642,431	642,431	407,107	236,795	63.4
Estabelecimento Prisional de Macau - Obras de Construção	642,431	642,431	407,107	236,795	63.4

	2018	2018	2018	2017	2018
	Orçamento	Orçamento	Despesa	Despesa	Execução
	inicial	Autorizado	efectiva	efectiva	(%)
Meios de Transportes	190,412	190,412	150,798	165,303	79.2
Aquis. de Trans. após a delimit.					
de água na Área de jurisdição de	190,412	190,412	150,798	165,303	79.2
Macau					
 Programa de construção do					
Complexo de Cuidados de	1,744,385	1,744,385	208,155	548,137	11.9
Saúde das Ilhas					
Complexo de Cuidados de	1,744,385	1,744,385	208,155	548,137	11.9
Saúde das Ilhas					
 Novo Acesso Fronteiriço					
Guangdong-Macau (Posto	238,060	335,825	317,256	19,800	94.5
Fronteiriço Qingmao)					
Novo Posto Transfronteiriço					
entre Guangdong e Macau –	238,060	335,825	317,256	19,800	94.5
Complexo do Posts Fronteiriço					
Subtotal	16,810,666	17,003,698	12,813,374	9,056,802	75.4
Outros projectos	4,337,675	4,144,643	2,595,265	3,860,035	62.6
Total	21,148,341	21,148,341	15,408,640	12,916,837	72.9

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

2.2.3 Análise por Classificação Económica

	2018 Orçamento inicial	2018 Orçamento autorizado	2018 Despesa efectiva	2017 Despesa efectiva	2018 Execução (%)
Habitacões	1,201,572	1,297,371	1,050,319	1,198,835	81.0
Edifícios	6,065,422	6,201,644	3,492,525	3,634,539	56.3
Estradas e pontes	2,875,940	2,950,815	1,763,042	1,378,699	59.7
Portos	335,066	335,066	207,697	54,783	62.0
Construções diversas	7,113,355	6,895,566	5,981,876	4,800,103	86.7
Material de transporte	1,308,717	1,437,048	1,330,034	641,115	92.6
Maquinaria e equip.	857,697	831,325	615,349	412,701	74.0
Outros investimentos	1,117,144	1,103,856	967,798	796,061	87.7
Subtotal	20,874,913	21,052,692	15,408,640	12,916,837	73.2
Dotação concorrencial	73,428	0	0	0	-
Dotação provisional	200,000	95,649	0	0	0.0
Total	21,148,341	21,148,341	15,408,640	12,916,837	72.9

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

Desagregando-se por classificação económica o Orçamento autorizado em 2018, de 21 148 341 milhares de patacas, verifica-se que a maior dotação foi afecta ao grupo “Construções diversas”, com 6 895 566 milhares de patacas, seguindo-se o grupo económico “Edifícios”, com uma dotação de 6 201 644 milhares de patacas.

No âmbito das despesas efectivas, o grupo económico que evidenciou, em 2018, o maior valor de despesas foi, também, o das “Construções diversas”, com 5 981 876 milhares de patacas, sendo que o valor das despesas deste item registou um acréscimo face ao ano de 2017, respeitante, sobretudo, às despesas relativas às supra estruturas e infra-estruturas da zona de administração do posto fronteiriço de Macau da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau; O segundo maior valor de despesas

efectivas foi o do grupo “Edifícios”, referente, principalmente, às obras com a empreitada do Complexo da Plataforma de Serviços para a Cooperação Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, o Estabelecimento Prisional de Macau, o Centro de Formação e Estágio de Atletas, o Novo Posto Transfronteiriço entre Guangdong e Macau – Complexo do Posts Fronteiriço e as Construções e Instalações Educativas Escolares de Seac Pai Van Lote CN6A, etc., tendo-se verificado neste item um valor de 3 492 525 milhares de patacas.

Em termos da execução, foi este item, “Material de Transporte”, que averbou a maior taxa, de 92,6%, cuja despesa efectiva se consubstanciou em 1 330 034 milhares de patacas. Em segundo lugar, foi o item “Outros Investimentos”, com uma despesa efectiva de 967 798 milhares de patacas, correspondente a uma taxa de execução de 87,7%.

2.2.4 Análise por Classificação Funcional

	2018	2018	2018	2017	2018
	Orçamento	Orçamento	Despesa	Despesa	Execução
	inicial	autorizado	efectiva	efectiva	(%)
Serv. gerais da adm. púb.	704,307	694,679	452,174	582,196	65.1
Segurança pública	7,270,326	7,409,264	6,692,757	4,757,181	90.3
Educação	980,853	1,072,298	876,696	506,722	81.8
Saúde	1,916,902	1,756,324	181,166	543,443	10.3
Previdência social	194,306	277,426	151,184	271,274	54.5
Habitação	1,047,587	1,047,587	956,387	1,167,627	91.3
Out. serv. colect. e soc.	779,898	776,746	610,011	522,033	78.5
Serviços económicos	7,980,736	8,018,367	5,488,265	4,566,361	68.4
Subtotal	20,874,913	21,052,692	15,408,640	12,916,837	73.2
Dotação concorrencial	73,428	0	0	0	-
Dotação provisional	200,000	95,649	0	0	0.0
Total	21,148,341	21,148,341	15,408,640	12,916,837	72.9

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

Conforme o quadro anterior, foram disponibilizados muitos recursos pelo Governo da RAEM para dotar as funções de “Serviços económicos” e “Segurança pública”: com a função de “Serviços económicos”, o Orçamento autorizado evidenciou 8 018 367 milhares de patacas, sendo o respectivo encargo efectivo de 5 488 265 milhares de patacas, representando uma taxa de execução de 68,4%; com a função de “Segurança pública”, o Orçamento autorizado evidenciou 7 409 264 milhares de patacas, sendo o respectivo encargo efectivo de 6 692 757 milhares de patacas, representando uma taxa de execução de 90,3%.

2.2.5 Encargos plurianuais publicados – Análise de Encargos

Encargos plurianuais autorizados pelo Chefe do Executivo no ano de 2018

Ano pago	Encargos iniciais assumidos por despachos de anos anteriores	Encargos assumidos após alterações dos despachos de anos anteriores	Encargos assumidos por despachos publicados em 2018	Total	Despesa efectiva	Saldo
	a	b	c = a + b	d	e = c - d	
2017 ou antes de 2017	11,679,207	10,122,089	-	10,122,089	10,122,089	-
2018	300,751	1,617,368	2,295,267	3,912,635	3,624,454	288,181
2019	431,777	1,325,558	2,796,101	4,121,660	-	4,121,660
2020	370	18,791	1,666,027	1,684,818	-	1,684,818
2021	1,701	36,748	576,297	613,045	-	613,045
2022	-	7,519	157,651	165,170	-	165,170
2023	-	-	17,573	17,573	-	17,573
2024	1,701	-	-	-	-	-
2025	-	1,701	3,525	5,226	-	5,226
Total	12,415,506	13,129,774	7,512,441	20,642,215	13,746,542	6,895,673

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

Relativamente aos encargos plurianuais autorizados pelo Chefe do Executivo no ano de 2018, num total de 105 despachos, 46 prendem-se com a alteração dos itens com encargos plurianuais, publicados em anos anteriores, ficando a dever-se ao reajustamento do plano de pagamento das despesas plurianuais desses itens, sendo necessário alterar o valor e ano inicialmente definidos pelo Despacho do Chefe do Executivo; por sua vez, os restantes 59 itens compreenderam novos encargos plurianuais publicados em 2018, cujo valor de adjudicação atingiu 7 512 441 milhares de patacas, dos quais, alguns serão assumidos até 2025. Os itens com encargos plurianuais acima referidos, foram publicados nos termos do artigo 35.º, do n.º 2 do artigo 71.º da Lei n.º 15/2017 por que se

rege a Lei de enquadramento orçamental, do artigo 40.º, do n.º 2 do artigo 92.º do Regulamento Administrativo n.º 2/2018, por que se rege a Regulamentação da Lei de enquadramento orçamental, e do artigo 11.º da Lei n.º 16/2017 por que se rege a Lei do Orçamento de 2018.

Em termos da execução desses escalonamentos em 2018, o total do valor assumido foi de 3 912 635 milhares de patacas, traduzindo uma despesa efectiva de 3 624 454 milhares de patacas.

Despachos do Chefe do Executivo dos anos anteriores que se prendem com os encargos a assumir em 2018 ou nos anos seguintes

Ano	Valores assumidos	Despesa efectiva	Saldo	Saldo acumulado
	a	b	c=a-b	
2017 ou antes de 2017	13,945,339	12,395,123	1,550,216	1,550,216
2018	10,034,367	9,470,649	563,718	2,113,934
2019	3,585,938	-	3,585,938	5,699,873
2020	973,532	-	973,532	6,673,404
2021	502,127	-	502,127	7,175,531
2022	289,417	-	289,417	7,464,948
2023	246,750	-	246,750	7,711,698
2024	78,516	-	78,516	7,790,214
2025	22,700	-	22,700	7,812,914
2026	22,700	-	22,700	7,835,614
2027	22,700	-	22,700	7,858,314
Total	29,724,086	21,865,772	7,858,314	-

** Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.*

Pela análise do quadro atrás apresentado, regista-se um total de 217 encargos plurianuais comprometidos, publicados antes de 2018, que se prendem com os encargos a assumir em 2018 ou nos anos seguintes, sendo que os mesmos se distribuem até 2027, envolvendo adjudicações no montante de 29 724 086 milhares de patacas, tendo sido efectivamente paga a despesa de 21 865

772 milhares de patacas, até ao ano de 2018.

Em 2018, o valor dos compromissos assumidos ascendeu a 10 034 367 milhares de patacas, a despesa efectiva fixou-se em 9 470 649 milhares de patacas, sendo que o valor não liquidado se cifrou em 563 718 milhares de patacas, do que, em conjugação com os valores históricos acumulados dos encargos assumidos mas não liquidados, resultou um saldo acumulado de 2 113 934 milhares de patacas.

3. Orçamento dos organismos especiais

3.1 Execução orçamental

O rendimento agregado de 2018, obtido pelos organismos especiais, atingiu um montante de 20 230 090 milhares de patacas, sendo o gasto agregado de 12 520 825 milhares de patacas, decorrendo daí um saldo agregado no valor de 7 709 265 milhares de patacas.

O referido rendimento agregado resultou, nomeadamente, do item “Receitas legais e transferências do OR”, no valor de 12 792 142 milhares de patacas, representando 63,2% do total, seguido do item “Rendimentos de aplicações financeiras e de investimentos”, no valor de 7 042 524 milhares de patacas, com 34,8% do total.

Em termos percentuais de gasto agregado, o item com a maior percentagem foi o das “Pensões e outras prestações atribuídas aos funcionários, e abonos sociais”, no valor de 6 076 653 milhares de patacas, com 48,5%, posicionando-se em seguida o item “Gastos e perdas financeiros”, em 2 455 654 milhares de patacas, com 19,6% do total, o item “Despesas com actividades e participações financeiras”, no valor de 2 001 418 milhares de patacas, ou seja, 16,0% do total, bem como os itens “Gastos com o pessoal” e “Fornecimentos de terceiros”, na ordem de 1 873 627 milhares de patacas, representando 15,0% do total, ambos resultantes das taxas administrativas comuns.

Em comparação com o orçamento autorizado, realça-se, em 2018, uma taxa de execução de 126,0% do rendimento total e os excedentes na cobrança, no montante de 4 175 786 milhares de patacas. Por sua vez, a taxa de execução do gasto global dos organismos especiais foi de 93,3%, menos 899 013 milhares de patacas do que o orçamento autorizado. Nos termos do n.º 2 do artigo 34.º e do

n.º 2 do artigo 71.º da Lei n.º 15/2017, por que se rege a Lei de enquadramento orçamental, relativamente aos organismos especiais, os custos das mercadorias vendidas e às despesas provenientes quer das actividades de investimento financeiro, quer das actividades creditícias e depositárias, não estão sujeitos ao limite das dotações orçamentais da despesa, exceptuando a despesa referida no artigo aludido (ou seja, “Custo das Vendas e das Prestações de Serviços” e “Gastos e perdas financeiros”), a taxa de execução do gasto global destes organismos evidencia 81,2%.

Relativamente às aplicações financeiras, os rendimentos líquidos (ou seja, os “Rendimentos de aplicações financeiras e de investimentos”, menos os “Gastos e perdas financeiros”) em 2018, situaram-se em 4 586 870 milhares de patacas (7 042 524 milhares de patacas menos 2 455 654 milhares de patacas), relativamente aos 11 276 293 milhares de patacas de 2017 (11 667 735 milhares de patacas menos 391 442 milhares de patacas), representando uma diminuição de 6 689 423 milhares de patacas, o que se deveu às oscilações contínuas no investimento financeiro, levando a uma queda dos mercados de capitais a nível mundial, do nível mais elevado verificado em 2017, pelo que se verificou um decréscimo considerável dos rendimentos líquidos das aplicações financeiras.

Em termos gerais, em comparação com 2017, a receita global em 2018 dos organismos especiais diminuiu 14,4%, enquanto a despesa global aumentou 32,2%, resultando numa redução no superavit geral de 6 457 236 milhares de patacas, de 45,6%.

Execução orçamental dos organismos especiais

	Notas	2018 Orçamento inicial	2018 Orçamento autorizado	2018 Dados efectivos	2018 Execução (%)
<u>Rendimentos</u>					
Receitas legais e transferências do OR	(1)	10,139,762	10,139,762	12,792,142	126.2
Réditos de vendas e de prestações de serviços	(2)	467,119	467,119	219,140	46.9
Rendimentos de aplicações financeiras e de investimentos	(3)	5,352,413	5,352,413	7,042,524	131.6
Outros rendimentos	(4)	95,011	95,011	176,284	185.5
Rendimentos totais		16,054,304	16,054,304	20,230,090	126.0
<u>Gastos</u>					
Despesas com actividades e participações financeiras	(5)	2,566,023	2,566,023	2,001,418	78.0
Pensões e outras prestações atribuídas aos funcionários e abonos sociais	(6)	6,675,678	6,675,678	6,076,653	91.0
Custo das vendas e das prestações de serviços	(7)	31,790	31,790	23,548	74.1
Gastos e perdas financeiros	(8)	1,015,391	1,015,391	2,455,654	241.8
Gastos com o pessoal	(9)	1,403,868	1,403,868	1,283,534	91.4
Fornecimentos de terceiros	(10)	1,599,527	1,599,527	590,093	36.9
Depreciações e amortizações	(11)	107,082	107,082	81,237	75.9
Provisões para riscos diversos		10,670	10,670	2,850	26.7
Outros gastos e perdas	(12)	9,809	9,809	5,839	59.5
Gastos totais		13,419,839	13,419,839	12,520,825	93.3
Resultado do exercício económico		2,634,466	2,634,466	7,709,265	

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar

(1) Receitas Legais e Transferências do OR

	Notas	2018 Orçamento inicial	2018 Orçamento autorizado	2018 Rendimento efectivo	2017 Rendimento efectivo	2018 Execução (%)
Receitas administrativas	(a)	820,077	820,077	1,016,778	1,033,011	124.0
Dotações dos contratos de concessão para exploração de jogos	(b)	6,210,000	6,210,000	8,636,305	7,565,983	139.1
Contribuições e participações no âmbito do regime de aposentação e sobrevivência		1,366,878	1,366,878	1,403,578	1,392,778	102.7
Contribuições para o Regime de Segurança Social		407,094	407,094	390,028	383,106	95.8
Outras receitas consignadas e participações		1,207,812	1,207,812	1,237,273	1,108,809	102.4
Transferência do OR, subsídios e apoios	(c)	127,900	127,900	108,180	105,020	84.6
Outras receitas legais		1	1	0	0	-
		10,139,762	10,139,762	12,792,142	11,588,708	126.2

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

(a) *Receitas Administrativas*

Respeitam, sobretudo, às receitas dos custos de gestão financeira e da taxa de contratação de trabalhadores não residentes, arrecadadas, respectivamente, pela Autoridade Monetária de Macau e pelo Fundo de Segurança Social; ainda se incluem nas receitas administrativas as taxas dos serviços radioeléctricos e do serviço de telecomunicações da Direcção dos Serviços de Correios e Telecomunicações. As receitas administrativas representaram uma taxa de execução de 124,0%, constatando-se, ainda, comparativamente ao valor de 1 033 011 milhares de patacas de 2017, um decréscimo de 1,6%, no valor de 16 234 milhares de patacas.

(b) *Dotação dos Contratos de Concessão para Exploração de Jogos*

As “Dotações dos Contratos de Concessão para Exploração de Jogos” são as contribuições da

indústria do jogo concedidas à Fundação Macau e ao Fundo de Segurança Social, tendo-se registado uma taxa de execução de 139,1% desta rubrica em 2018, com um acréscimo de 1 070 322 milhares de patacas, ou seja, 14,1% em relação ao valor de 7 565 983 milhares de patacas do período homólogo de 2017, influenciado, principalmente, pelo aumento da receita bruta dos jogos de fortuna ou azar relativamente ao ano anterior, determinando a subida do respectivo rendimento.

(c) *Transferências do OR, subsídios e apoios*

As “*Transferências do OR, subsídios e apoios*” referem-se, essencialmente, aos apoios financeiros atribuídos pelo Governo da RAEM aos organismos especiais. A taxa de execução desta receita foi de 84,6% e, em termos de valor, face aos 105 020 milhares de patacas do ano de 2017, constatou-se um acréscimo de 3 160 milhares de patacas, ou seja, cerca de 3,0%.

(2) Réditos de vendas e de prestações de serviços

Notas	2018	2018	2018	2017	2018
	Orçamento	Orçamento	Gasto	Gasto	Execução
	inicial	autorizado	efectivo	efectivo	(%)
Vendas de mercadorias	89,205	89,205	55,750	64,550	62.5
Prestações de serviços	377,914	377,914	163,391	153,221	43.2
(a)	467,119	467,119	219,140	217,771	46.9

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

(a) *Réditos de vendas e de prestações de serviços*

As receitas cobradas através do item “Réditos de vendas e de prestações de serviços” foram compostas, nomeadamente, pelas receitas provenientes dos serviços postais, bem como da venda de produtos filatélicos e do envio postal de mercadorias pela Direcção dos Serviços de Correios e Telecomunicações; as restantes receitas, diminutas, foram obtidas pelos diversos

serviços bancários prestados pela Caixa Económica Postal e pela emissão de moedas comemorativas pela Autoridade Monetária de Macau. A taxa de execução das receitas afectas a este item foi de 46,9%. Relativamente às receitas de 217 771 milhares de patacas do ano de 2017, verificou-se um aumento de 1 369 milhares de patacas, representando uma subida ligeira de 0,6%.

(3) Rendimentos de aplicações financeiras e de investimentos

Notas	2018 Orçamento inicial	2018 Orçamento autorizado	2018 Rendimento efectivo	2017 Rendimento efectivo	2018 Execução (%)
Juros credores e dividendos	3,389,669	3,389,669	6,329,728	4,426,551	186.7
Ganhos em investimentos	1,801,266	1,801,266	404,397	5,459,911	22.5
Ganhos cambiais	153,459	153,459	300,532	1,773,509	195.8
Outros rendimentos financeiros	8,019	8,019	7,867	7,764	98.1
(a)	5,352,413	5,352,413	7,042,524	11,667,735	131.6

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

(a) Rendimentos de aplicações financeiras e de investimentos

Em 2018, a taxa de execução deste item de receita atingiu 131,6% face ao orçamento autorizado. Considerando as receitas de 11 667 735 milhares de patacas do ano de 2017, houve um decréscimo de rendimentos de 4 625 210 milhares de patacas, correspondente a 39,6%, devendo-se, essencialmente, às oscilações contínuas no mercado de capitais a nível mundial, o que originou uma redução na receita global do item face ao ano de 2017.

(4) Outras Receitas

Notas	2018	2018	2018	2017	2018
	Orçamento	Orçamento	Rendimento	Rendimento	Execução
	inicial	autorizado	efectivo	efectivo	(%)
Locações	81,539	81,539	79,853	89,245	97.9
Alienações de activos	676	676	1,167	285	172.6
Doações	10	10	0	0	-
Rendimentos diversos	12,785	12,785	95,263	73,236	745.1
(a)	95,011	95,011	176,284	162,766	185.5

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

(a) Outras Receitas

Comparativamente ao orçamento autorizado, a execução do item “Outras Receitas” atingiu em 2018 a taxa de execução de 185,5%, enquanto que, em relação ao montante de 2017, no valor de 162 766 milhares de patacas, averbou um acréscimo de 13 518 milhares de patacas, correspondente a 8,3%.

(5) Despesas com actividades e participações financeiras

Notas	2018	2018	2018	2017	2018
	Orçamento	Orçamento	Gasto	Gasto	Execução
	inicial	autorizado	efectivo	efectivo	(%)
Despesas com actividades	142,210	142,210	70,100	79,510	49.3
Participações financeiras	2,423,813	2,423,813	1,931,318	1,856,833	79.7
(a)	2,566,023	2,566,023	2,001,418	1,936,343	78.0

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

(a) Despesas com actividades e participações financeiras

O item “Despesas com actividades e participações financeiras” englobou, principalmente, entre outras, as participações financeiras, os apoios financeiros para actividades, as subvenções financeiras, os subsídios e prémios, concedidos pela Fundação Macau a favor de

indivíduos, de organismos privados e de organizações sem fins lucrativos, bem como de outras entidades públicas, verificando-se, neste item de despesa, uma taxa de execução de 78,0%, face ao orçamento autorizado, sendo que, em comparação com o valor de 2017, de 1 936 343 milhares de patacas, apresentou um acréscimo de cerca de 65 075 milhares de patacas, ou seja, de cerca de 3,4%.

(6) Pensões e outras prestações atribuídas aos funcionários, e abonos sociais

	Notas	2018 Orçamento inicial	2018 Orçamento autorizado	2018 Gasto efectivo	2017 Gasto efectivo	2018 Execução (%)
Pensões e outras prestações atribuídas aos funcionários, e abonos sociais	(a)	6,675,678	6,675,678	6,076,653	5,539,955	91.0
		<u>6,675,678</u>	<u>6,675,678</u>	<u>6,076,653</u>	<u>5,539,955</u>	<u>91.0</u>

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

(a) *Pensões e outras prestações atribuídas aos funcionários, e abonos sociais*

As despesas contabilizadas através do item “*Pensões e outras prestações atribuídas aos funcionários, e abonos sociais*” são relacionadas, principalmente, com o pagamento pelo Fundo de Pensões, de pensões de reforma e sobrevivência e de outros subsídios aos funcionários aposentados ou beneficiários definidos por lei, bem como com o pagamento pelo Fundo de Segurança Social, de previdência social, de pensão para idosos e outros subsídios, registando uma taxa de execução de 91,0%, em relação ao orçamento autorizado. Por outro lado, a despesa de 2018 evidenciou um aumento de 536 698 milhares de patacas, mais 9,7%, face à do ano de 2017, no montante de 5 539 955 milhares de patacas. Como razão principal para este aumento figura o incremento contínuo do número de pessoas que recebem a “Pensão para idosos”, verificou-se, em 2018, um valor total de 3 763 909 milhares de patacas ligado à

“Pensão para idosos” e à “Antecipação da pensão para idosos”, com um acréscimo de cerca de 270 852 milhares de patacas face ao valor do ano de 2017, de 3 493 057 milhares de patacas, representando uma subida na ordem de 7,8%; quanto à pensão de invalidez e outros subsídios de 2018, registaram-se 339 604 milhares de patacas, totalizando 4 103 513 milhares de patacas. Por outro lado, o aumento no número dos funcionários públicos aposentados e a actualização do valor de vencimentos dos trabalhadores da Função Pública também contribuem ao crescimento do montante global.

(7) Custo das vendas e das prestações de serviços

	Notas	2018 Orçamento inicial	2018 Orçamento autorizado	2018 Gasto efectivo	2017 Gasto efectivo	2018 Execução (%)
Custo das vendas e das prestações de serviços	(a)	31,790	31,790	23,548	22,480	74.1
		31,790	31,790	23,548	22,480	74.1

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

(a) *Custo das vendas e das prestações de serviços*

O item “Custo das vendas e das prestações de serviços” é constituído pelo custo directo da venda de produtos filatélicos e do envio postal de mercadorias pela Direcção dos Serviços de Correios e Telecomunicações, bem como da venda de moedas comemorativas pela Autoridade Monetária de Macau. Em comparação com o orçamento autorizado, registou-se uma taxa de execução de 74,1%. Constatou-se, nesta rubrica de despesa, uma subida de 1 068 milhares de patacas, ou seja, 4,8% face ao valor do ano de 2017, de 22 480 milhares de patacas, o que se justifica essencialmente pelo aumento do custo das filatelas, tendo por isso determinado um aumento da respectiva despesa.

(8) Gastos e perdas financeiros

Notas	2018 Orçamento inicial	2018 Orçamento autorizado	2018 Gasto efectivo	2017 Gasto efectivo	2018 Execução (%)
Juros devedores	474,749	474,749	377,787	266,361	79.6
Perdas em investimentos	349,475	349,475	1,538,416	61,096	440.2
Perdas cambiais	102,073	102,073	312,387	7,929	306.0
Outros gastos financeiros	89,095	89,095	227,064	56,057	254.9
(a)	1,015,391	1,015,391	2,455,654	391,442	241.8

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

(a) Gastos e perdas financeiros

Nos termos do n.º 2 do artigo 34.º e do n.º 2 do artigo 71.º da Lei n.º 15/2017, por que se rege a Lei de enquadramento orçamental, relativamente aos organismos especiais, os custos das mercadorias vendidas e às despesas provenientes quer das actividades de investimento financeiro, quer das actividades creditícias e depositárias, não estão sujeitos ao limite das dotações orçamentais da despesa. No domínio dos “Gastos e perdas financeiros” do ano económico de 2018, comparativamente ao orçamento autorizado, registando uma taxa de execução de 241,8%, comparativamente ao ano de 2017, de 391 442 milhares de patacas, constatou-se um aumento de 2 064 212 milhares de patacas, de 527,3%, influenciado, na sua maioria, pelas oscilações contínuas no mercado de capitais a nível mundial que levou a crescentes perdas no investimento, face a 2017, de 1 477 320 milhares de patacas; além disso, o declínio contínuo da taxa de câmbio do Renminbi em 2018 resultou num aumento na perda cambial, comparativamente a 2017, de 304 458 milhares de patacas.

(9) Gastos com o pessoal

Notas	2018 Orçamento inicial	2018 Orçamento Autorizado	2018 Gasto efectivo	2017 Gasto efectivo	2018 Execução (%)
Salários e vencimentos	718,501	716,953	659,309	604,311	92.0
Subsídios, compensações e outros abonos	155,904	156,722	124,970	110,953	79.7
Contribuições para regimes de previdência e, de aposentação e sobrevivência.	487,547	487,547	469,464	413,304	96.3
Outros gastos com o pessoal	41,916	42,646	29,792	23,387	69.9
(a)	1,403,868	1,403,868	1,283,534	1,151,955	91.4

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

(a) Gastos com o pessoal

Comparando com o orçamento autorizado, a taxa de execução do item “Gastos com o pessoal”, atingiu 91,4% em 2018. Considerando por referência o valor do ano de 2017, de 1 151 955 milhares de patacas, constatou-se um acréscimo de 131 578 milhares de patacas, ou seja, 11,4%. Como razão para este aumento figura a entrada em vigor do artigo 25.º da Lei n.º 16/2017, a partir do dia 1 de Janeiro de 2018, sobre a actualização do vencimento, das pensões de aposentação e sobrevivência dos trabalhadores da administração pública, daí resultando um incremento na respectiva despesa.

(10) Fornecimentos de terceiros

Notas	2018 Orçamento inicial	2018 Orçamento autorizado	2018 Gasto efectivo	2017 Gasto efectivo	2018 Execução (%)
Água, electricidade, combustíveis, correio e telecomunicações	28,919	28,689	19,277	17,715	67.2
Segurança, limpeza e condomínio	24,529	23,549	17,837	18,411	75.7
Reparação e conservação	43,313	43,901	26,394	24,869	60.1
Bens de secretaria e outros bens não duradouros	21,890	23,011	7,924	9,208	34.4
Gastos com locações	50,938	51,228	47,113	50,515	92.0
Despesas de representação, recepção e deslocação	11,751	11,251	6,817	5,653	60.6
Publicidade e materiais promocionais	18,202	19,232	10,902	8,322	56.7
Desp. com seguros, comissões, consultorias, estudos, apoio técnico e honorários profissionais	226,772	251,833	53,415	120,365	21.2
Encargos diversos	1,173,213	1,146,833	400,415	82,625	34.9
(a)	1,599,527	1,599,527	590,093	337,684	36.9

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

(a) *Fornecimentos de terceiros*

Face ao orçamento autorizado, o item “Fornecimentos de terceiros” deteve, em 2018, uma taxa de execução de 36,9%. Em comparação com os 337 684 milhares de patacas do ano de 2017, verificou-se um acréscimo de cerca de 252 409 milhares de patacas, ou seja, 74,7%, ficando tal evolução a dever-se ao incremento dos gastos nos “*Encargos diversos*”, no valor de 317 790 milhares de patacas. Esta rubrica registou, principalmente, os gastos pagos aos bancos agentes para a emissão de notas, registou-se um aumento da despesa com a respectiva impressão de notas em 2018, de 313 519 milhares de patacas.

(11) Depreciações e amortizações

Notas	2018	2018	2018	2017	2018
	Orçamento	Orçamento	Gasto	Gasto	Execução
	inicial	autorizado	efectivo	efectivo	(%)
Depreciações de bens imóveis	51,969	46,752	41,067	40,812	87.8
Depreciações de maquinaria, equipamento e outros activos fixos	48,234	53,450	36,918	37,803	69.1
Amortizações de activos intangíveis	6,880	6,880	3,252	3,086	47.3
(a)	107,082	107,082	81,237	81,700	75.9

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

(a) Depreciações e amortizações

Em comparação com o orçamento autorizado, o item “Depreciações e amortizações” deteve, em 2018, uma taxa de execução de 75,9%. Considerando os 81 700 milhares de patacas do ano de 2017, registou-se uma redução de 463 milhares de patacas, representando um descida ligeira de 0,6%.

(12) Outros gastos e perdas

Notas	2018	2018	2018	2017	2018
	Orçamento	Orçamento	Gasto	Gasto	Execução
	inicial	autorizado	efectivo	efectivo	(%)
Perdas em alienações de activos	547	547	172	67	31.4
Quotas para associações e doações	2,661	2,661	1,553	3,344	58.4
Gastos e perdas diversos	6,602	6,602	4,114	3,001	62.3
(a)	9,809	9,809	5,839	6,412	59.5

* Devido aos arredondamentos, é possível surgirem diferenças nas unidades de milhar.

(a) Outros gastos e perdas

No item “Outros gastos e perdas” de 2018, constatou-se um valor de 5 839 milhares de patacas. Em comparação com o montante do ano de 2017, de 6 412 milhares de patacas, verificou-se um decréscimo de 573 milhares de patacas, ou seja, 8,9%.

4. Situação de tesouraria da RAEM

4.1 Introdução

Este capítulo é uma parte complementar, centrando-se, nomeadamente, sobre a escrituração dos fluxos de caixa não sujeitos à disciplina orçamental, designados por “*Operações de tesouraria*”, de acordo com o Título V do RAFP, e sobre os saldos financeiros anulados referidos no «Regime Jurídico da Reserva Financeira», estabelecidos pela Lei n.º 8/2011.

Independentemente das operações respeitarem a dinheiros públicos movimentados por operações orçamentais ou extra-orçamentais, o equilíbrio da equação fundamental de caixa é o seguinte:

CAIXA	
<i>Saldo da gerência anterior</i>	Despesas orçamentais
+	+
Receitas orçamentais	Pagamentos extra-orçamentais
+	+
Recebimentos extra-orçamentais	Saldos dos anos anteriores integrados na reserva financeira
	+
	Saldo para a gerência seguinte
=====	=====
Total do débito	Total do crédito

Cabe aqui salientar que, enquanto as operações extra-orçamentais são contabilizadas por referência à data em que ocorre o fluxo de caixa, o mesmo sucedendo com as receitas orçamentais, para as despesas orçamentais a equação de caixa observa, ainda, a existência do “período complementar”, registando o seu pagamento com referência a 31 de Dezembro da respectiva gerência, nos termos da alínea 2) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 15/2017, por que se rege a Lei de enquadramento orçamental, em conjugação com o n.º 2 do art.º 25.º do Decreto-Lei n.º 41/83/M, de 21 de Novembro.

4.2 Caixa do Tesouro

4.2.1 Enquadramento geral

Os cofres da Caixa do Tesouro, enquanto instrumentos da contabilidade pública utilizados no âmbito da Direcção dos Serviços de Finanças, são, operacionalmente, delimitados na sua quase totalidade pelas contas bancárias de tesouraria abertas junto dos bancos agentes: o Banco da China (BOC) e o Banco Nacional Ultramarino (BNU).

Nos termos das adendas aos respectivos contratos, outorgados a 4 de Maio de 2000, e publicados no Boletim Oficial da RAEM n.º 19, Série II, de 10 de Maio de 2000, ao BOC foi atribuída a função de cofre centralizador da receita pública cobrada (a partir da conta bancária de recebedoria), incumbindo ao BNU o papel de pagador por excelência da despesa do Governo (através da conta bancária de tesouraria).

Por outro lado, e por contrapartida da Conta do Tesouro junto da Autoridade Monetária de Macau, compete a esta entidade a gestão dos níveis de liquidez daquelas contas, mantendo-as dentro dos parâmetros devidamente acordados.

Paralelamente, ainda no âmbito da Caixa do Tesouro, existem outras contas domiciliadas quer junto dos bancos agentes, quer de outras instituições bancárias, constituídas por motivos de funcionalidade administrativa, tais como contas de controlo cambial, contas de débito automático das comissões devidas pela RAEM a instituições que prestem serviços de pagamento de impostos

online ou via rede *Jetco*, contas de monitorização dos cheques movimentados no âmbito dos planos de comparticipação pecuniária e devolução do imposto profissional, ou, ainda, contas auxiliares do Tesouro no exterior.

4.2.2 Situação de tesouraria no final da Gerência

Quadro 4.2.2-A: Resumo da situação de tesouraria da Gerência de 2018

(Unidade: MOP)

Débito		Crédito	
Designação	Total	Designação	Total
Saldo da Gerência anterior	117,494,615,320.42	Despesas orçamentais	80,331,928,034.41
De operações orçamentais		Despesa total	
62,057,882,867.13		80,360,123,422.84	
De operações extra-orçamentais		Reposições abatidas nos pagamentos	
1,236,732,453.29		-28,195,388.43	
Saldo devedor 121,484,813,499.76			
Saldo credor 120,248,081,046.47		Saídas extra-orçamentais	220,145,654,871.67
Verba específica			
54,200,000,000.00		Saldo dos anos anteriores integrado na reserva financeira	21,681,331,002.57
Receitas orçamentais	134,204,588,880.00	Saldo para a Gerência seguinte	149,853,616,541.89
Entradas extra-orçamentais	220,313,326,250.12	De operações orçamentais	
		94,249,212,710.15	
		2017 40,376,551,864.56	
		2018 53,872,660,845.59	
		De operações extra-orçamentais	
		1,404,403,831.74	
		Saldo devedor 152,863,946,278.48	
		Saldo credor 151,459,542,446.74	
		Verba específica 54,200,000,000.00	
Total do débito	472,012,530,450.54	Total do crédito	472,012,530,450.54

Nos termos do artigo 14.º do Regime Jurídico da Reserva Financeira da Lei n.º 8/2011, foram transferidos os saldos dos anos económicos anteriores a 2016 para a “*Reserva financeira*”, no valor de 21 681 331 milhares de patacas, os saldos orçamentais, no final do ano económico de 2018, cifraram-se em 94 249 213 milhares de patacas. Adicionando-lhes a “verba específica” no montante de 54 200 000 milhares de patacas e o valor líquido do somatório dos saldos das restantes contas de operações de tesouraria (de 1 404 404 milhares de patacas), obteve-se o saldo final de 149 853 617 milhares de patacas (ver Quadro 4.2.2-A), representando um acréscimo de 27,5% face ao saldo de abertura.

Antes de se passar à análise da movimentação e posição da tesouraria da Região, há que abrir um parêntesis para uma nota técnica ao Quadro 4.2.2-B “Distribuição e reconciliação, por cofre, do saldo da Caixa do Tesouro no final da Gerência”, onde se verificaram saldos bancários negativos após reconciliação, situação esta legalmente justificada pela existência de um período complementar e, após reflectidas as despesas efectuadas no período acima referido, gerou-se um saldo contabilístico negativo no depósito da Caixa do Tesouro junto dos respectivos bancos agentes.

Quadro 4.2.2-B: Distribuição e reconciliação, por cofre, do saldo da Caixa do Tesouro no final da Gerência

(Unidade: MOP)

Cofre	Saldo efectivo a 31/12/2018	A acrescentar	A deduzir	Saldo da Gerência finda a 31/12/2018	Saldo da Gerência finda a 31/12/2017
Caixa do Tesouro junto do Banco da China	1,287,997,155.52	52,484,100.70	1,852,181,670.72	-511,700,414.50	-1,175,601,785.44
<i>Ajustamentos de operações orçamentais</i>		52,484,100.70	1,852,181,670.72		
<i>Ajustamentos de operações extra-orçamentais</i>		0.00	0.00		
Caixa do Tesouro junto do Banco Nacional Ultramarino	990,166,532.67	1,122,108,958.11	4,364,639,227.65	-2,252,363,736.87	-2,603,275,708.01
<i>Ajustamentos de operações orçamentais</i>		0.00	4,328,158,293.55		
<i>Ajustamentos de operações extra-orçamentais</i>		1,122,108,958.11	36,480,934.10		
<i>Ajustamentos</i>		0.00	0.00		
Caixa do Tesouro-Cauções junto do Banco Nacional Ultramarino	878,285,499.14	86,912,231.38	4,355,477.46	960,842,253.06	780,519,408.35
<i>Ajustamentos de operações extra-orçamentais</i>		86,912,231.38	4,355,477.46		
<i>Ajustamentos</i>		0.00	0.00		
Caixa do Tesouro junto da Autoridade Monetária de Macau	151,231,157,336.29	0.00	0.00	151,231,157,336.29	120,086,488,338.86
Caixa do Tesouro junto da Caixa Geral de Depósitos, em Portugal	136,206.91	0.00	0.00	136,206.91	119,533.66
Contas "RAEM-Jetco":					
Banco da China	4,000.00	0.00	0.00	4,000.00	4,000.00
Banco Nacional Ultramarino	4,000.00	0.00	0.00	4,000.00	4,000.00
Banco Comercial de Macau	2,000.00	0.00	0.00	2,000.00	2,000.00
Banco Luso Internacional	2,000.00	0.00	0.00	2,000.00	2,000.00
Banco Industrial e Comercial da China	2,000.00	0.00	0.00	2,000.00	2,000.00
Banco Tai Fung	2,000.00	0.00	0.00	2,000.00	2,000.00
Banco Weng Hang	2,000.00	0.00	0.00	2,000.00	2,000.00
Banco de Construção da China	2,000.64	0.00	0.64	2,000.00	2,000.00
Banco da East Asia	2,000.00	0.00	0.00	2,000.00	2,000.00
Serviço de pagamento electrónico via Caixa Económica Postal	0.00	0.00	0.00	0.00	200,000.00
Contas do plano de comparticipação pecuniária (cheques):					
Banco da China	249,643,800.00	390,600.00	642,600.00	249,391,800.00	241,218,000.00
Banco Nacional Ultramarino	141,996,600.00	214,200.00	313,200.00	141,897,600.00	135,088,200.00
Conta da devolução do imposto profissional:					
Banco Nacional Ultramarino	34,233,497.00	0.00	0.00	34,233,497.00	29,837,333.00
Total (a)	154,813,638,628.17	1,262,110,090.19	6,222,132,176.47	149,853,616,541.89	117,494,615,320.42

Notas:

(a) Além das contas indicadas no mapa, há ainda a acrescentar os seguintes valores (c/ref.ª a 31/12/2018) :

Depositados junto do Banco da China:	
#01-012-078630-8: Conta de descontos	\$42,566.00
#01-012-078633-2: Conta de diferenças cambiais	\$122,081.33
#01-012-078620-1: Conta de recebedoria	-\$23.57
#01-01-20-83983-8: Passagem de fundos	\$0.00
Depositados junto do Banco Nacional Ultramarino:	
#001-800052-111-4: Conta de descontos	\$690,110.60
#001-298893-916-8: Conta de diferenças cambiais	\$367,322.88
	\$1,222,057.24

Observando agora o Quadro F-1 (“Demonstração, por natureza, das operações de tesouraria processadas através da Caixa do Tesouro durante a Gerência de 2018”) da Parte 4, verifica-se que as rubricas com maior nível de actividade se relacionam com o mecanismo de gestão de liquidez entre os bancos agentes e a Autoridade Monetária de Macau, nomeadamente a “5988 – Conta de Tesouraria de Fazenda na AMCM”, bem como a conta reflexa “Depósito do Tesouro junto da AMCM” (demonstrando os fluxos na óptica da AMCM).

Por outro lado, a execução dos planos de comparticipação pecuniária no desenvolvimento económico prosseguiu ao abrigo dos Regulamentos Administrativos n.ºs 12/2008, 13/2009, 14/2010, 1/2011, 14/2012, 11/2013, 11/2014, 9/2015, 17/2016, 18/2017 e 8/2018 (planos de comparticipação pecuniária instituídos entre 2008 e 2018) e, neste ano, os montantes dos planos de comparticipação pecuniária não levantados e caducados, foram repostos no cofre do Tesouro. Portanto, os saldos associados aos planos de comparticipação pecuniária cifraram-se em 394 524 milhares de patacas. Por outro lado, nos termos do artigo 20.º da Lei do Orçamento do ano económico de 2018, aprovada pela Lei n.º 16/2017, procedeu-se à devolução do imposto profissional pago relativamente a 2016 pelos contribuintes que preenchiam os requisitos, sendo que o montante devolvido por cheque foi,

necessariamente, depositado na conta bancária exclusiva, a entrada e saída deste montante depositado nos bancos acima referidos reflectem-se na conta “0846 – Operações passivas de tesouraria — Diversas” do grupo 2.3.9 das operações de tesouraria.

A conta “ 5801 — Créditos orçamentais dos serviços com autonomia administrativa — Adiantamentos”, sob o grupo 2.4.9 das operações activas de tesouraria, apresentou um saldo de 225 017 milhares de patacas, libertado a favor dos Serviços dotados de autonomia administrativa, nos termos da alínea 2) do artigo 1.º do artigo 71.º da Lei n.º 15/2017, que regula a Lei de enquadramento orçamental, bem como do n.º 3 do art.º 49.º e da alínea 3) do n.º 1 do art.º 85.º do RAFP. Este mecanismo tem a vantagem de melhorar a informação prestada em sede orçamental quanto à execução efectiva da despesa, uma vez que a contabilização das verbas transferidas pela Caixa do Tesouro é feita através de operações de tesouraria, e em contrapartida, na óptica do Tesouro, há lugar ao reconhecimento de um correspondente activo de caixa, visível através do saldo negativo de caixa. Os créditos detidos pelos Serviços dotados de autonomia administrativa registaram um acréscimo de 66 649 milhares de patacas, comparativamente ao ano de 2017.

Na sequência do processamento desencadeado pela DSF, em 2010, no sentido de centralizar, gradualmente, junto da Caixa do Tesouro, as cauções administradas pelos Serviços integrados, acrescidas das cauções do PIDDA administradas também pela DSF, o saldo final das contas inseridas no grupo 2.3.5 situou-se em 960 842 milhares de patacas, no qual as cauções do PIDDA atingiram as 837 051 milhares de patacas.

Uma outra conta mais relevante, no seio das operações afectas à Caixa do Tesouro, diz respeito ao processamento de descontos nos vencimentos por retenção na fonte, cuja movimentação de entrada e saída se situou, respectivamente, em 1 248 135 milhares de patacas e 1 241 504 milhares de

patacas, destacando-se, dos quais, os descontos obrigatórios (com a movimentação de entrada e saída, respectivamente, em 719 270 milhares de patacas e 719 271 milhares de patacas) para o Fundo de Pensões, resultantes de contribuições para efeitos de aposentação e sobrevivência, retidas nos vencimentos ao abrigo, respectivamente, da alínea a) do n.º 5 do artigo 259.º, e do n.º 7 do artigo 271.º, ambos do Estatuto dos Trabalhadores da Administração Pública de Macau, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 87/89/M, de 21 de Dezembro e nos termos do n.º 2 do artigo 5.º da Lei n.º 8/2006, e retidos na fonte aos trabalhadores conforme disposto na alínea 1) do n.º 1 do artigo 7.º do mesmo diploma.

Também existe a rubrica “5995” do Imposto Profissional, cujos fundos respeitam a descontos sobre os vencimentos dos trabalhadores da Administração Pública, processados através da Caixa do Tesouro (e retidos na fonte ao abrigo do n.º 1 do art.º 32.º do Regulamento do Imposto Profissional, aprovado pela Lei n.º 2/78/M, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 12/2003), totalizando 347 474 milhares de patacas em entradas e 340 830 milhares de patacas em saídas, enquanto o saldo final se cifrou em 109 422 milhares de patacas, correspondendo às importâncias dos descontos do quarto trimestre, a remeter pela DSF à entidade patronal dos respectivos trabalhadores, que, posteriormente, as entregam na Recebedoria da Repartição de Finanças de Macau (até ao limite da data fixada no n.º 2 do artigo 34.º do mesmo Regulamento).

De entre as operações extra-orçamentais mais relevantes, constam, ainda, as execuções fiscais, cujo saldo final foi de 122 185 milhares de patacas, representando um aumento de 18,8% comparativamente a 2017.

Por último, mencionam-se os valores selados (estampilhas fiscais), sob a responsabilidade da Caixa do Tesouro (Recebedoria da Repartição de Finanças), e cuja situação se resume:

(Unidade: MOP)

	Total
Saldo inicial	21,378,127.00
Somar: entradas	0.00
Subtrair: saídas	8,588,517.00
Saldo final	12,789,610.00

4.3 Cofres próprios dos serviços e organismos do SPA

(excluindo a Caixa do Tesouro)

O objectivo desta secção é, excluindo-se a Caixa do Tesouro, apresentar a situação de tesouraria dos restantes serviços do Sector Público Administrativo (SPA), seguindo, basicamente, a metodologia estabelecida no ano de 2011, contemplando, igualmente, os fundos permanentes atribuídos por conta de dotações do orçamento da RAEM e geridos pelas comissões administrativas.

O Quadro F-3 da Parte 4 fornece uma visão global dos cofres do SPA, apresentando o saldo verificado no final da Gerência de 2017 e 2018, evidenciando, ainda, as correcções ao saldo final de 2017 do SPA.

No seu conjunto, os serviços integrados registavam um valor de 224 745 milhares de patacas, destacando-se os depósitos afectos à Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego, à Direcção dos Serviços de Economia e aos Serviços dos Registos e do Notariado, os quais respeitam, essencialmente, as receitas em trânsito e as cauções entregues por terceiros à Administração, como garantia da prestação das respectivas obrigações contratuais, enquanto os serviços com autonomia administrativa acumularam, em depósito, no final de 2018, um montante de 346 220 milhares de patacas, nele se destacam os depósitos afectos à Direcção dos Serviços de Educação e Juventude, à Direcção dos Serviços das Forças de Segurança de Macau e à Direcção dos Serviços de Assuntos Marítimos e de Água, os quais compreendem principalmente os créditos orçamentais obtidos da Caixa do Tesouro, cauções entregues e a receitas em trânsito por terceiros à Administração, como garantia da prestação das respectivas obrigações contratuais.

De facto, as cauções ocupam um peso em termos de valores depositados junto dos serviços integrados e com autonomia administrativa, de 29,3% do total dos dinheiros no cofre daquelas entidades (ver grupo “2.3.5” do Quadro F-4). É de notar, ainda, que o saldo das “Receitas em trânsito a liquidar” (grupo “2.3.6”) e a entregar posteriormente à Recebedoria da DSF, evidenciou 159 258 milhares de patacas, enquanto as receitas em trânsito pelos serviços exibiram um valor de 2 281 402, nele se incluindo um valor entregue na Caixa do Tesouro, de 2 272 766 milhares de patacas, destacando-se as receitas administradas pelas seguintes entidades:

- Serviços dos Registos e do Notariado: 711 110 milhares de patacas;
- Direcção Serviços Assuntos Tráfego: 546 073 milhares de patacas;
- Direcção dos Serviços de Economia: 545 573 milhares de patacas, das quais, o imposto de consumo foi de 509 588 milhares de patacas;
- Direcção dos Serviços das Forças de Segurança: 273 498 milhares de patacas, das quais as receitas cobradas nos termos da Lei do Trânsito Rodoviário foram de 193 674 milhares de patacas.

Ainda no seio dos serviços integrados e com autonomia administrativa, realçam-se os movimentos relacionados com a utilização de fundos permanentes (no caso dos serviços integrados) libertados pela Caixa do Tesouro através da conta “5802 – Fundos permanentes – Adiantamentos”, e de créditos orçamentais (serviços com autonomia administrativa) realizados mediante a conta 5801 – Créditos orçamentais dos serviços com autonomia administrativa – Adiantamentos, veja o seguinte:

	MOP
Saldo inicial na posse dos serviços (após correcções)	158,190,896.23
+ os fundos atribuídos na Gerência do corrente ano	7,355,175,450.65
– as reposições, junto da Caixa do Tesouro, dos fundos não utilizados pelos serviços (incluindo o saldo inicial na posse dos serviços)	(7,288,526,593.20)
Obtém-se o saldo final na posse dos serviços	(a) 224,839,753.68

(a) O saldo final na posse dos serviços apresenta o desdobramento abaixo indicado:

<u>Serviços</u>	MOP
Delegação Económica e Comercial de Macau, em Lisboa	1,717,021.63
Delegação Económica e Comercial de Macau, junto da União Europeia, em Bruxelas	929,651.38
Delegação da RAEM em Pequim	2,382,672.84
Delegação Económica e Comercial de Macau, junto da Organização Mundial do Comércio	2,029,761.81
Delegação Económica e Cultural de Macau	987,934.99
Direcção dos Serviços de Educação e Juventude	125,720,787.70
Direcção dos Serviços Correccionais	18,929,073.46
Serviços de Alfândega da RAEM	8,964,085.36
Direcção dos Serviços de Assuntos Marítimos e de Água	26,957,106.73
Direcção dos Serviços das Forças de Segurança	13,231,452.80
Instituto do Desporto	553,364.56
Instituto Cultural	22,188,914.45
Conselho do Património Cultural	247,923.60
Outros (pertencentes àqueles que tenham fundo permanente)	2.37
Total	224,839,753.68

Quanto aos serviços e organismos autónomos, a actividade de caixa é reflectida quase na totalidade sob as operações orçamentais, evidenciando-se aqui o resumo das principais naturezas dos seus fluxos de caixa agregados:

	MOP
Saldo orçamental transitado da Gerência anterior	4,686,596,879.22
+ Receitas do corrente ano (excluídos os saldos transitados anteriores)	23,101,954,334.61
– Despesas do corrente ano (líquidas de reposições abatidas nos pagamentos)	(23,378,283,099.61)
Obtém-se o saldo orçamental do corrente ano	<u>4,410,268,114.22</u>

Das operações extra-orçamentais destacam-se as receitas em trânsito a liquidar, cujo valor no final da Gerência se situou em 822 892 milhares de patacas.

4.4 Situação global de tesouraria do SPA

Em conformidade com o disposto no n.º 1 do art.º 70.º do RAFP, ficam sujeitos ao regime de contabilidade de acréscimo os Organismos autónomos que, pela especificidade das suas funções tenham de utilizar tal regime na elaboração do seu orçamento e contas, nomeadamente, a Autoridade Monetária de Macau, a Caixa Económica Postal, a Direcção dos Serviços de Correios e Telecomunicações, o Fundo de Pensões, o Fundo de Garantia Automóvel e Marítimo, a Fundação Macau, o Fundo de Garantia de Depósitos e o Fundo de Segurança Social. Desta forma, aqueles Organismos especiais são excluídos do presente capítulo, ao abrigo dos n.ºs 4 e 7 do Despacho do Chefe do Executivo n.º 121/2011.

O saldo de caixa do SPA da RAEM, no final da Gerência de 2018, cifra-se em 156 123 279 milhares de patacas, o que representa um acréscimo de 26,8%, face a 2017. Aquele saldo é composto essencialmente por recursos próprios (i.e. os saldos da execução orçamental), os quais ascenderam a 98 659 481 milhares de patacas, representando os dos Organismos autónomos, 4,5% desse valor.

5. Dados adicionais (mapas)

Visando a apresentação de outros dados sobre a situação da execução orçamental numa forma mais clara, apresentamos neste capítulo mapas adicionais de forma a facilitar aos utilizadores deste relatório a sua análise e estudo.